



Renata Prata Ferreira da Silva Rodrigues

**Caminhos de democracia:
Representação, opinião e mundos em experiência**

Dissertação de mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Renato de Andrade Lessa

Rio de Janeiro,
Abril de 2024



Renata Prata Ferreira da Silva Rodrigues

**Caminhos de democracia:
Representação, opinião e mundos em experiência**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Professor Dr. Renato de Andrade Lessa

Orientador

Departamento de Direito, PUC-Rio

Professora Dra. Gisele G. Cittadino

Departamento de Direito, PUC-Rio

Professora Dra. Mayra Goulart

Departamento de Ciência Política, UFRJ

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Renata Prata Ferreira da Silva Rodrigues

Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). É pós-graduada em Direito Administrativo (2015) e em Direito Processual Civil (2018) pela Universidade Cândido Mendes. Possui Certificado de Inglês Avançado (CAE) pela Universidade de Cambridge. Atualmente é assessora jurídica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Publicou o artigo A Tutela Inibitória do Meio Ambiente e a Judicialização da Política na Revista Eletrônica de Direito Processual (REDP), volume 8. Durante a graduação, participou das pesquisas: Grupo de Pesquisa Institucional em Direito Internacional: Comércio Internacional/Grupo de Pesquisa Institucional em Direito Empresarial: Propriedade Intelectual e Privacidade/Grupo de Pesquisa em Direito Processual Civil - Professor Antonio do Passo Cabral - realizado fora da grade universitária.

Ficha catalográfica

Rodrigues, Renata Prata Ferreira da Silva

Caminhos de democracia : representação, opinião e mundos em experiência / Renata Prata Ferreira da Silva Rodrigues ; orientador: Renato Lessa. – 2024.

91 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2024.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Democracia. 3. Representação. 4. Opinião. 5. Debate. 6. Linguagem. I. Lessa, Renato. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

AGRADECIMENTOS

Ao meu amor, Felipe, que na montanha-russa da vida sempre foi constância.

Ao meus pais e irmã que fizeram a mim e as minhas fundações, seguindo unidos em família.

Às queridas Marcella e Liliane pelo incentivo, apoio e amizade antes e durante esse processo intenso e feliz.

Às queridas Rafaela e Mariana. Que sorte a minha encontrar vocês e ainda nesse momento tão especial para mim. Com tamanha generosidade, atenção, carinho, gargalhadas e amizade, me incentivaram, cuidaram e acompanharam.

À querida Débora Sol, que realmente ilumina e aquece o coração de quem lhe encontra. A você e Diego agradeço muito pelas conversas e experiências tão valiosas que compartilharam comigo. Pena que o tempo não volta.

Ao meu querido orientador Renato Lessa, que transborda conhecimento da forma mais bela que há. Um privilégio seguir sua orientação e caminhar academicamente nessa cercania.

Às professoras Gisele Cittadino e Mayra Goulart que formaram essa banca especial, aceitaram a tarefa e disponibilizaram o tão valioso tempo para apreciar o meu trabalho e contribuir com o meu crescimento acadêmico.

Ao programa de mestrado da PUC-Rio, o qual enxerga o Direito em sua existência mais completa e expandida, bem juntinho das outras Ciências Humanas que lhe ajudam a fazer.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Rodrigues, Renata Prata Ferreira da Silva; Lessa, Renato de Andrade (orientador). **Caminhos de democracia: representação, opinião e mundos em experiência.** Rio de Janeiro, 2024. 91p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação buscou investigar o pensamento democrático da Teoria da Opinião de Nadia Urbinati no âmbito da democracia representativa, e os desdobramentos em como uma opinião é formada ao ser fruto do debate entre ideias. Nesse sentido, o teorizado por Ernst Cassirer sobre a linguagem e seus símbolos contribui para a reflexão sobre como formamos pensamentos e nos comunicamos, e a multiplicidade de mundos teorizada por Nelson Goodman em como, em uma sociedade plural, mundos são criados e convivem entre si com suas verdades. Para finalizar, refletindo sobre uma forma de agir mais democrática, John Dewey observa a democracia como uma forma de vida e teorizou sobre a democracia vivida em cooperação na sociedade, com o foco do discurso partindo de experiências ao invés do foco individual, de modo que exige uma disposição em conviver e se comunicar de forma real com o outro em busca de acordos possíveis, em um contínuo fluxo democrático. Refletindo sobre o ideal de Goodman de que a disposição em reconhecer mundos alternativos pode ser libertadora e sugerir caminhos alternativos e novos, mas o acolhimento de todos os mundos não constrói nenhum mundo, ganha especial desdobramento a consideração dos aspectos da construção, ou melhor, da manutenção de um governo realmente democrático e na necessidade de tomadas de decisão por meios legítimos resultado de uma representação democrática, dentro de um sistema estruturado para o debate e sua pluralidade livre. As meditações entre essas teorias como caminhos para pensar uma experiência realmente democrática.

Palavras-chave

Democracia, representação, opinião, debate, linguagem, símbolos, mundos, pluralidade, democracia representativa, experiência democrática.

ABSTRACT

Rodrigues, Renata Prata Ferreira da Silva; Lessa, Renato de Andrade (advisor). **Ways of democracy: representation, opinion and worlds in experience.** Rio de Janeiro, 2024. 91p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis sought to investigate the democratic thinking of Nadia Urbinati's Theory of Opinion within the scope of representative democracy, and the developments in how an opinion is formed as a result of the debate between ideas. In this sense, the theorized by Ernst Cassirer about language and its symbols contributes to the reflection on how we form thoughts and communicate, and the multiplicity of worlds theorized by Nelson Goodman in how, in a plural society, worlds are created and coexist with each other with their truths. In the final part, reflecting on a more democratic way of acting, John Dewey observes democracy as a way of life and theorized about democracy lived in cooperation in society, with the focus of the discourse starting from experiences rather than the individual focus, so that it requires a willingness to live and communicate in a real way with others in search of possible agreements, in a continuous democratic flow. Reflecting on Goodman's ideal that the willingness to recognize alternative worlds can be liberating and can suggest alternative and new paths, but the acceptance of all worlds does not build any world, the consideration on aspects of construction, or rather, of maintenance of a truly democratic government and the need for decision-making through legitimate means resulting from democratic representation, within a structured system for debate and its free plurality. Meditations between these theories as ways to think about a truly democratic experience.

Key-words

Democracy, representation, opinion, debate, language, symbols, worlds, plurality, representative democracy, democratic experience.

Sumário

1. Introdução	8
2. Democracia representativa	15
2.1 A democracia representativa de Nadia Urbinati	29
2.2 Teoria da Opinião e o debate	33
3. O debate e suas linguagens e mundos.....	41
3.1 A linguagem e os símbolos de Ernst Cassirer	41
3.2 As formas de fazer mundos de Nelson Goodman	48
3.3 Os reflexos na forma de observar um debate na democracia	56
4. Experiência democrática.....	62
4.1 A democracia como forma de vida em John Dewey.....	65
4.2 A importância da experiência na inteligência humana....	70
4.3 Democracia cooperativa e radical.....	77
5. Conclusão	81
6. Bibliografia	87

Manter o coração separado do cérebro penaliza mais o primeiro do que o segundo.

Nadia Urbinati, Representative democracy: principles and genealogy

1. Introdução

Poderiam aspectos de pluralidade auxiliar no entendimento do que se entende mais recentemente como uma democracia representativa? A pesquisa visou abordar a visão da pluralidade a partir da linguagem informada por Ernst Cassirer, no construtivismo da multiplicidade de mundos de Nelson Goodman, e na forma de vida democrática lida em John Dewey na fundamentação da Teoria da Opinião, a partir da democracia representativa de Nadia Urbinati, como um caminho democrático que valoriza o debate, o pluralismo e a experiência em sociedade, como forma de um viver democrático.

Nadia Urbinati¹ teoriza a representação como um elemento constitutivo das práticas democráticas, tendo em vista que amplia o entendimento da soberania popular para um exercício perpétuo. A sociedade permanece em diálogo entre si e com os representantes no governo, se comunicando, em vigilância, reagindo e refletindo na arena pública da opinião sobre as mais diversas questões sociais e culturais.

Com isso em mente, o presente trabalho se propôs a indagar se os aspectos filosóficos trazidos por Ernst Cassirer sobre a construção de símbolos, por Nelson Goodman na construção de múltiplos mundos, e por John Dewey na teorização sobre a experiência democrática em cooperação serviriam para fundamentar a teoria da opinião desenvolvida por Nadia Urbinati na obra “*Representative democracy*” no sentido de ampliar a experiência de um pluralismo democrático.

A pesquisa pretendeu verificar se é possível demonstrar que a multiplicidade de mundos construída por Nelson Goodman na obra “*Modos de fazer mundos*”², através da forma de desenvolvimento da linguagem e símbolos apresentados por Ernst Cassirer³ explicitaria o contexto de complexa pluralidade a ser enfrentada nas sociedades contemporâneas para uma experiência mais democrática do comum teorizado por John Dewey⁴, partindo da representação política construída por Nadia Urbinati.

¹URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 14 e 16.

²GOODMAN, Nelson. *Modos de Fazer Mundos*. Edições Asa, 1995.

³CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*. 4ª edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2019.

⁴DEWEY, John. *Democracia e educação*. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira, 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

As referências teóricas do presente estudo levariam, então, a uma forma de análise da democracia que consistiria nessa pluralidade de mundos e símbolos serem enfrentados para entendimento e demonstração de posições em um debate público e estruturado, visando a experiência de um governo de todos, seguindo um caminho social de democracia.

Os estudos contemporâneos sobre representação possuem três linhas de abordagens⁵. A primeira investiga o problema da representação a partir de uma análise mais ampla da identidade política, direito de grupos e multiculturalismo. A representação aparece como um subconjunto de teorias da justiça preocupada com déficits de representação nas sociedades plurais. Aborda temas como igualdade na oportunidade de representação, representação justa e a procura por um sistema eleitoral que proporcione uma representação mais expressiva das identidades e demandas sociais. Os principais nomes são Lani Guinier, Will Kymlicka, Anne Philips, Melissa Williams e Iris Marion Young.

A segunda linha se concentra em estudar a origem, funcionamento e a transformação do entendimento e da política da representação e seus efeitos no Estado constitucional moderno, particularmente na constituição democrática. Pretende demonstrar como a representação funciona de fato e na sua relação com a democracia e normas sobre liberdade e autonomia política. Os seus maiores expoentes seriam Hans Kelsen, Carl J. Friedrich, Hannah F. Pitkin, Jane J. Mansbridge, Norberto Bobbio e Giovanni Sartori.

E a terceira linha de estudo parte de dentro da representação para entender como ela esculpe a formação do consentimento, a deliberação política e a tomada de decisão. Ou seja, como a representação se refere às práticas gerais de participação. Debate sobre democracia deliberativa, a relação entre representação e democracia, e as várias formas de presença e influência associativa como determinantes para a justiça na representação, na medida em que é uma questão de justiça democrática e igualdade política. Nessa abordagem estão Jürgen Habermas, Jon Elster, Iris Young e Nadia Urbinati.

_____. 1859-1952. *La democracia como forma de vida*/ John Dewey. Tradução, introdução e seleção, Diego Antonio Pineda Rivera. 1ª edição. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2017. (Anábasis Colección)

_____. 1859-1952. *Arte como experiência* / John Dewey. Organização Jo Ann Boydston, tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

⁵ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 8 e 9.

Nadia Urbinati reúne os aspectos normativos do que a representação política deve ser junto às instituições democráticas, ao que produz e faz. A representação tem seu significado ampliado para um processo político e é colocada como um componente essencial da democracia, pois coloca o povo no controle sobre o que o governo faz⁶. As eleições de representantes também permitem a restauração periódica do equilíbrio entre o governo e seu povo; garante uma trégua temporária entre os poderes institucionais e a soberania popular, mas mantendo os conflitos vivos sem nunca criar uma homogeneização; e ainda serve como uma forma substituta de revolução, através de batalhas legalizadas que carregam as funções cívicas de educar os antes excluídos à forma de cidadania, fazendo-os se identificar com a nação⁷.

Nelson Goodman, no intuito de demonstrar que o exercício legítimo do debate democrático recebe novos contornos a partir da análise dos conceitos de multiplicidade de mundos e da simbologia da linguagem contextualizada que ilustram e compreendem a noção de pluralidade social, o trabalho terá também como referências teóricas a obra “*Modos de fazer mundos*” de Nelson Goodman, a partir inicialmente do uso da simbologia da obra “*Linguagem e mito*” de Ernst Cassirer.

Durante a leitura de ambos os autores não pude deixar de pensar na aplicação social desses conceitos e nos efeitos e considerações que trazem quando pensamos a democracia, cuja existência está intrinsecamente ligada à realização de debates, os quais por sua vez levam necessariamente a questão para o campo da linguagem e perspectivas de versões de mundo.

O filósofo americano, no capítulo “*Palavras, obras, mundos*” inicia o raciocínio observando que em seu estudo sobre múltiplos mundos não estamos falando de vários mundos no sentido de múltiplas realidades alternativas, mas de múltiplos mundos reais⁸.

A compreensão da existência de múltiplos mundos parte do entendimento da existência de vários sistemas de descrição⁹. A raiz da diferença dos mundos não está na consequência do descrito, mas nos modos como serão descritos. Como

⁶ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 10.

⁷ *Ibid.*, p. 14.

⁸ GOODMAN, Nelson. *Modos de Fazer Mundos*, p. 38.

⁹ *Ibid.*, p. 39.

descrevemos algo condiciona o que é descrito, e assim ficamos confinados no nosso universo. Os conceitos elaborados são produtos e estão inseridos em um modo, em um quadro de referência, não existindo independente dele.

Juntas, essas teses resistem à nossa necessidade de exigir intuitivamente algo impossível, qual seja, algo absoluto e universal. Falar de conteúdo não estruturado, de um conceito descontextualizado é autodestrutivo e é insustentável, pois o discurso impõe estrutura, conceitualiza e atribui propriedades.

A conceitualização sem percepção seria algo vazio. E a percepção sem a conceitualização seria cega, inoperante. O conteúdo sem forma desaparece, ou pode se dizer que nem surge no mundo. Podem existir palavras sem mundo, mas nenhum mundo pode existir sem palavras ou outros símbolos de fixação de conceitos na linguagem.

É interessante observar que a feitura de mundo só é feita tal como a conhecemos, partindo sempre de mundos já disponíveis. Para o autor, fazer mundos é sempre um refazer. O mundo será composto de mundos, que são na verdade a interação de versões¹⁰.

Ernst Cassirer é um filósofo alemão e na obra “*Linguagem e Mito*” traz na multiplicidade dos mundos o poder criativo da compreensão, e como a variedade e a função formadora dos símbolos é verdadeira criadora de mundos. Ele observa essa variedade fazendo estudos comparativos entre culturas, observando o espírito humano, com ênfase na compreensão da origem dos mitos e da linguagem¹¹.

Na lógica do processo de formação da linguagem é possível perceber que os conceitos constituem apenas uma camada superior da lógica, mas o seu alicerce é a lógica da linguagem. É a elaboração que transforma o mundo das impressões sensíveis em um mundo de representações e significações. Todo o conhecer parte de um mundo formado pela linguagem, e na análise dos objetos o estudioso convive exclusivamente ao modo como a linguagem os apresenta.

A linguagem surge como o meio que o pensamento deve cruzar antes de se achar a si mesmo e de poder conferir a si mesmo uma determinada forma teórica. O pensamento teórico é uma necessidade para o ser humano, visa acima de tudo

¹⁰ GOODMAN, Nelson. *Modos de Fazer Mundos*, p.43.

¹¹ CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*, p.12.

libertar os conteúdos¹² do mundo observável ou da mente do isolamento em que se apresentam imediatamente.

As distinções no significado são as que possibilitam a condensação dos conteúdos das percepções. E nesse sentido, conforme o contexto de vida muda, estabelece-se também uma nova relação prática entre o homem e seu ambiente, e assim os conceitos linguísticos tampouco guardam seu sentido original conforme o tempo passa¹³.

Esses desenvolvimentos de conceito de ambos os filósofos podem ser usados para a leitura das sociedades contemporâneas e todas as suas pluralidades e complexidades. Vivemos em uma mesma sociedade, uma sociedade comum, porém não universal e nem neutra. A realidade implica uma convivência de agendas, porque observamos a multiplicidade de mundos que, criando-se e desenvolvendo-se em si, interage com outros que lhe cercam. Seria uma utopia pensar que em uma sociedade plural o objetivo do debate seria levar para um pensamento único e comum. Então, como seria possível organizar socialmente a convivência desses múltiplos mundos legítimos? Como conviver com as diferenças e progredir na convivência social?

Nesse sentido, observamos a pluralidade como um elemento essencial da democracia, e nesta a necessidade de previsão de canais de processamento das pressões advindas da convivência da diversidade. Nesse contexto, não é possível pensar o indivíduo fora da sociedade, e nem entender a sociedade independente de seus indivíduos, mas percebendo que ambos existem simultaneamente, e simultaneamente também devem ser analisados. Desse modo, cabe a ambos buscar formas de absorver e processar a pluralidade.

A história humana é uma história de interações. Nada é estanque e hermético. As vidas humanas são a própria matéria de que todo o sistema político surge, é desenhado e como se desenvolve. Há múltiplos caminhos e de várias naturezas. E uma das grandezas da filosofia trazida por Goodman é a liberdade, a falta de imposição da natureza humana em uma fôrma prévia. Quando ele elabora sobre a multiplicidade de mundos, cada ser criando seu mundo, ele concretiza em

¹² CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*, p. 52.

¹³ *Ibid.*, p. 56 e 57.

teoria a imagem da pluralidade da vida, não da possibilidade, mas da realidade da diversidade.

No estudo da democracia, a conscientização pela sociedade dessa sua própria realidade é uma aliada da estabilidade do processo democrático, pois desincentiva a criação e expansão de ideologias que criam um inimigo com base nas diferenças. Evitando a mentalidade de que retirando da arena o inimigo, o problema estaria resolvido.

John Dewey, com a pluralidade de mundos interdependentes com a sociedade que eles compõem, o tema central sobre o autor que foi desenvolvido na dissertação é o seu conceito de democracia trabalhado, o qual vê na experiência democrática uma forma de vida¹⁴.

Para o autor, a democracia é uma experiência cooperativa¹⁵, ou seja, exige uma disposição em conviver e se comunicar de forma real com o outro em busca de acordos possíveis, em um contínuo fluxo democrático¹⁶, sendo os inimigos da vida a inflexibilidade e a cega resistência às transformações. Dewey possui uma intensa crença no ser humano e sua inteligência, que são capazes de construir seus próprios destinos e a única forma digna de fazê-lo é pela experiência democrática, tendo a liberdade plena para pensar e agir.

Uma relação social é uma questão de afetos e obrigações, interação, geração influência e modificação recíprocas¹⁷. Dessa forma, é possível entender a visão de Dewey da experiência democrática como uma função unificadora, para romper distinções convencionais dos elementos subjacentes comuns do mundo vivenciado, ao mesmo tempo desenvolvendo a individualidade como a maneira de viver e expressar esses elementos, mas também é sua função compor diferenças e eliminar isolamentos para construir uma sociedade mais rica.

O estudo empreendido partiu da revisão bibliográfica da referência intelectual citada para contextualização e da análise dos conteúdos. Foi adotada uma abordagem interdisciplinar entre direito consitucional, teoria política e filosofia.

¹⁴DEWEY, John. *Democracia e educação*, p. 93.

¹⁵ Ibid., p.89 e 93.

¹⁶ Ibid., p. 90

¹⁷ Ibid., p. 484, 491 e 495.

Após a leitura do construído por Nadia Urbinati com o que é constitutivo de uma democracia representativa, principalmente sobre o aspecto da complexidade nas arenas de opinião, poderá ser observado os elementos do debate, com a linguagem utilizada e as perspectivas filosóficas dos indivíduos em uma sociedade, através dos elementos conceituais desenvolvidos pelos autores na simbologia da linguagem e na criação de mundos. Unindo em um caminho com fé na democracia, se segue o teorizado por John Dewey, que vê a democracia como uma verdadeira forma de vida, desenvolvendo uma experiência de democracia cooperativa na sociedade.

2. Democracia representativa

De acordo com o introduzido previamente, a base das reflexões sobre os caminhos de democracia parte do entendimento da autora Nadia Urbinati em sua obra *Representative democracy: principles and genealogy*¹⁸ sobre a democracia representativa e a sua Teoria da Opinião refletindo sobre a deliberação necessária nesse processo.

A representação política não é associada exclusivamente com o tema da democracia, visto que existe em Estados não democráticos, mas por possuir tanto um aspecto do comportamento eleitoral como um mecanismo para determinar a reatividade do governo é muito associada a democracia.

Os defensores da democracia participativa a veem como uma cidadania passiva com a eleição de uma aristocracia, esta sim que deteria o poder político para tomar as decisões, excluindo o povo. Como veremos ao longo do capítulo, essa não é a abordagem da autora e nem a que compartilhamos.

O nascimento do processo eleitoral na Inglaterra do século XVII demonstrou que existia uma funcionalidade e cronologia ligando a adoção do método eleitoral para a elaboração de leis, a transformação dos eleitos entre delegados e representantes, e o surgimento da ideologia da formação em grupos.¹⁹ Os Estados modernos estimularam dois movimentos do processo eleitoral, qual sejam, a separação entre sociedade e política, e a desassociação dos candidatos da sua classe social, dando espaço para que o discurso e as ideias na política unificassem a função da representação.²⁰

A representação e as eleições podem ser mais bem analisadas ao observar a relação entre Estado (governo) e a sociedade civil. Além da ampliação do sufrágio, a estrutura eleitoral não mudou muito nos últimos dois séculos²¹, os impactos que a democracia operou no funcionamento e no significado da representação não devem ser ignorados, principalmente o surgimento da população como agentes políticos ativos em sua cidadania. A representação reflete a tensão existente entre a sociedade e o Estado, definindo limites e conectando ambas as esferas em negociações e reajustes permanentes entre as condições sociais e as normas.

¹⁸ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*. USA: The University of Chicago Press, 2008.

¹⁹ Ibid., p.19.

²⁰ Ibid., p.19 e 20.

²¹ Ibid., p. 20.

A representação pode ser dividida em três principais teorias, conforme suas perspectivas sobre soberania e política na relação entre o Estado e a sociedade: jurídica, institucional e política. Todas refletem também nas teorias sobre democracia, respectivamente direta, eleitoral e representativa. Para a autora somente a última faz da representação um instituto consoante com uma sociedade democrática plural, e a base de análise será Rousseau, Seyes e Condorcet.²²

As teorias jurídica e institucional se utilizam de uma linguagem formalista e se baseiam na analogia Estado-Pessoa e na concepção voluntária de soberania, ambos tendo surgido antes das transformações democráticas mais contemporâneas de parte das sociedades, deixando um desenho de Estado impermeável a refletir a pluralidade.²³

A teoria jurídica é a mais antiga e recebe este nome em razão de tratar a representação como um contrato privado de comissão²⁴, no qual a delegação é restrita às instruções. A teoria jurídica estabelece a relação entre representante e representado seguindo o raciocínio individualista e não político das relações privadas de direito civil no âmbito contratual, mas também presumindo que o eleitor transfere o seu entendimento (julgamento) de acordo com as qualidades pessoais do candidato a representante, e não as ideias ou projetos dele²⁵. Desse modo, a representação não tem como ser nem um processo e nem uma questão política.

O poder do Estado e a legitimidade se estabelece na lógica presença/ausência da soberania, e separa a representação da representatividade (e da *advocacy*²⁶). Há um dualismo entre o Estado e a sociedade, sendo ele o centro institucional no qual os representantes que receberam a confiança da sociedade atuam, restringindo a atuação social nos momentos eleitorais dessa escolha. O Estado transcende a sociedade com a finalidade de assegurar o Estado de direito, e

²² URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 21.

²³ *Ibid.*, p. 21 e 23.

²⁴ No direito brasileiro não utilizamos “comissão” nesse sentido, mas a palavra “representação” que pode ser comercial ou jurídica, e significaria a autorização por quem possui o direito de agir para que outro o faça nos limites do direito que possui e da autorização recebida. Todavia, utilizar representante e representação nesse âmbito causará confusão com a representação objeto de estudo no presente trabalho, de forma que será utilizada a tradução literal para separar os significados, ou a utilização do termo “delegação”.

²⁵ URBINATI, Nadia, *op. cit.*, p. 21 e 22.

²⁶ Termo em inglês também utilizado no Brasil sem tradução para designar o processo político de indivíduos, organizações ou grupos de pressão dentro do sistema político, com a finalidade de influenciar a formulação de políticas e a alocação de recursos públicos, argumentando em favor de alguma causa.

impõe uma imparcialidade no agir que esconde a diversidade social.²⁷ A justificativa funcional do direito político e da representação, da cidadania, e dos mecanismos de tomada de decisão, sendo a base dos governos representativos liberais e das democracias eleitorais.²⁸ Havendo uma espécie de delegação para atuação da vontade geral, não há que se falar em soberania sendo transferida, ela nunca sairia do cidadão para o representante, já que este não recebe poderes para representar a sociedade, mas para agir em determinado sentido como um delegatário.

Na teoria institucional, além das semelhanças já faladas com a jurídica, se funda na construção social das instituições para tornar o ausente presente, para construir a soberania do povo dentro do Estado possibilitando uma unidade, uma junção entre eles. O governante abarcaria os interesses sociais personificando no governo o exercício da soberania desempenhado pelo povo na escolha dos seus representantes (delegatários). Carl Schmitt reconstruiu essa teoria em centralizar no líder um Estado forte e unificado.²⁹

A teoria política da representação iria de encontro às duas anteriores ao considerar a representação dinâmica, uma forma de existência política criada de forma perene pelos próprios atores políticos. Há um fluxo constante entre a sociedade e o Estado, não estando a representação restrita às deliberações parlamentares. A unidade (estabilidade) é criada e recriada constantemente através do processo político.³⁰

A concepção política entende que em um governo imprescinde da legitimidade das livres e periódicas eleições, da capacidade de haver comunicação entre a sociedade civil e política, pois estas são essenciais e constitutivas, não apenas inevitável. A generalidade e a imparcialidade das normas não são exigidas no sentido de que não há uma vontade única geral. Mas o que faz o social político são os múltiplos canais de informação e comunicação, que influenciam os cidadãos, movimentos sociais, os partidos políticos e indica os caminhos em sociedades democráticas. Eles são elementos da representação, e não somente contextos dela.³¹

²⁷ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 23.

²⁸ *Ibid.*, p. 22 e 23.

²⁹ *Ibid.*, p. 22.

³⁰ *Ibid.*, p. 24.

³¹ *Ibid.*, p. 24.

A vontade e a opinião podem ser percebidas diretamente no direito e exercício do voto, mas também de forma indireta no direito e exercício da liberdade de manifestação e associação, no processo político de ideias e discursos.³²

As constituições liberais pretendem uma dualidade entre os cidadãos e os representantes tendo como produto das eleições representantes imparciais e competentes. Todavia, como as pessoas são sujeitas a influências, esse dualismo não funciona na prática como o pretendido. Ademais, é muito arriscado contar com a sorte no produto das eleições ou afirmar que as seleções de representantes são feitas orgânica e naturalmente para a formação de uma aristocracia.³³

Mas o sistema eleitoral tem a vantagem de pacificamente fazer com que o povo retire um governo não mais desejado, e mais, que o povo tenha a consciência do desempenho desse papel. Ter a consciência que cidadania elabora política e suas agendas. O direito ao voto enriquece a política na promoção de uma competição de ideias que perdura, não se restringe ao momento eleitoral.³⁴

A representação na sua teoria política desenvolve as formas de deliberação além das eleições periódicas, porém, não é impermeável a influências políticas e ao autoritarismo, ou ao menos ao “despotismo indireto”, que é quando o povo não é mais representado por seus representantes³⁵. O povo pode fazer escolhas não democráticas ou violadoras de direito, e a democracia representativa sendo um processo não impede tais consequências não desejadas para uma diversidade democrática. Tais “erros” não justificariam para a autora³⁶, que medidas violentas ou rupturas da ordem jurídica fossem tomadas, já que é o processo da democracia representativa. Seria preciso desenvolver na arena pública os debates sobre essas questões para sendo o caso, mudar os representantes no próximo ciclo eleitoral.

Uma visão mais minimalista da democracia chega ao seguinte paradoxo. A opinião pública aparece como legitimadora da representação, e ao mesmo tempo o representante trabalha independente da consequência imediata na opinião pública. É um paradoxo instrumentalista, com uma visão mais formal do cidadão na participação eleitoral que é mais de autorização. Diferente da visão mais

³² URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 25 e 26.

³³ *Ibid.*, p. 24 e 25.

³⁴ *Ibid.*, p. 26.

³⁵ *Ibid.*, p. 28.

³⁶ *Ibid.*, p. 28

contemporânea acima indicada, de que é um processo contínuo de fluxo entre o Estado e a sociedade.³⁷

Esse modo mais simples de pensar superestima a escolha de candidatos e subestima a escolha de agendas, políticas e ideologias que essa escolha de candidato representa. Do mesmo modo, a igualdade formal exaltada na representação jurídica e institucional não é necessariamente democrática, apesar de certamente ser igualitária.³⁸

Uma teoria democrática da representação precisa explicar eventos contínuos assim como as crises. A soberania aqui possui esse viés negativo, no sentido que vai além do positivo de votar, e que permite investigar, censurar, julgar e reprovar os representantes por participações diretas (referendos, plebiscitos, eleições antecipadas) ou pelos debates públicos, movimentos sociais, associações civis, mídia, protestos, dentre outras formas de pressão e influência política.³⁹

Esse poder negativo é essencial para o desempenho da representação democrática e serve como um termômetro do estado da relação entre os cidadãos e seus representantes. Delibera sobre a representatividade dos representantes de forma recíproca e pública.⁴⁰

Desse modo, a ideia de representação como um processo político contraria a perspectiva mais privatista ou jurídica contratual que confina a relação entre representantes e representados a uma autorização eleitoral de escolha de um candidato por mérito, e desafia as democracias modernas e doutrinas de soberania que utilizam uma linguagem mais formalista e contratual na representação política. O foco da ação política ser apenas no votar, faria com que não houvesse iniciativa na população, mas apenas um consentimento.⁴¹

Certamente é importante o aspecto da autorização eleitoral, pois limita e torna responsabilizável o poder político, mas não possibilita muito o desenvolvimento do que realmente significa o representar. Votar é em grande medida dar peso a ideias e para quem perde, dá a esperança e a paz de se reorganizar

³⁷ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 26 e 27.

³⁸ *Ibid.*, p. 34.

³⁹ *Ibid.*, p. 28 e 29.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 29.

⁴¹ *Ibid.*, p. 29 e 30.

para tentar novamente nas próximas eleições, pois o voto reflete parcialmente a opinião.⁴²

O cidadão permanentemente revisita o peso das ideias e a correspondência com o peso do seu voto na busca por formação de consensos, mas não para coincidência entre eles. Na democracia representativa a cadeia de opiniões, interpretações e ideias buscando visibilidade através das eleições, e conseqüentemente dos votos em um candidato ou partido consolida a ordem política. Todavia, a discordância (a não unanimidade) nas palavras da autora “*é o fator estabilizante, o motor de todo o processo político*”.⁴³

A sociedade se une através da ação e do discurso. A participação nas eleições não acaba com as discordâncias, ela estabelece um mínimo consenso, mas não silencia as rivalidades ideológicas entre os cidadãos.⁴⁴ Opiniões e crenças podem converter o poder em um processo político sem fim, visto que exalta o mundo público das ideias e do discurso, da retórica e da formação de opinião, os quais tornam os votos mais significativos do que a vontade geral. O poder não está em ninguém especificamente, mas no exercício periódico e repetido do concurso de ideias.⁴⁵

Dessa forma, a representação política na democracia sintetiza duas formas dinâmicas de representação, uma eleitoral (ou formal), e outra virtual (ou ideológica). Os governos com poderes limitados demandam as eleições periódicas, mas é a representatividade e a *advocacy* que o ligam a sociedade e dão o elemento democrático a governos desenhados inicialmente não democraticamente, como visto do nascimento da representação, que era utilizada ainda para justificar o poder do rei.

A sociedade democrática é construída por conflito, por discordar, por ser e pensar ideologicamente diferente, não tem como buscar uma unidade harmônica.⁴⁶ A unidade na democracia não é harmonia, quem discorda não sob uma pauta de forma diametralmente oposta não vai democraticamente mudar sua forma de pensar, mas a democracia se preocupa em não silenciar nenhum dos lados, e organizar a competição e o desenvolvimento das ideias nos pleitos eleitorais e ao

⁴² URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 30 e 31.

⁴³ *Ibid.*, p. 32, livre tradução.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 33.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 32 e 34.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 34.

longo da criação de políticas pelo governo, possibilitando alternâncias, mudanças de ideias, arrependimentos, e demais possibilidades do existir.

A representação é a instituição que eleva o papel público do discurso e da opinião como a forma como indivíduos superam a sua indiscutível singularidade e convergem em plataformas políticas. O espaço político é a arena onde podem buscar soluções para conflitos, e de alguma forma buscar satisfazer os seus interesses. E o desafio da representação é que tanto o conflito social, como o processo político que o unifica, não sucumbam um ao outro. A solução é que só se aprende praticando a democracia.⁴⁷

Justamente, é a capacidade dos governos representativos em resolver conflitos no melhor interesse do bem-estar do todo, mediando no legislativo a sociedade e o Estado, possuindo assim uma ambivalência. A representação é particular e também geral, é social e é política. Os partidos políticos traduzem as ideologias que representam em uma linguagem que objetiva alcançar o geral. A politização da sociedade traz a pluralidade e a diversidade para dentro do público.⁴⁸

A autora remete ao pensamento de Tocqueville de que as pessoas tendem democraticamente a se associar de duas formas: criando associações civis, as quais diferenciam e separam os cidadãos para suas especificidades; e partidos políticos que diferenciam e separam, mas em questões que são gerais. A primeira forma produz fragmentação, todavia a segunda interrompe fragmentações. Não por ser harmônica ou conciliar diferenças, mas por criar formas de diferenças entre os cidadãos. Organiza e dá recursos para a rotatividade de figuras políticas e pacifica soluções de necessidades de sucessão, de modo que faz a integração de multidões.⁴⁹

Se as eleições significassem apenas a escolha de candidatos individualmente, a representação acabaria, já que o candidato concorreria por si mesmo, de fora de qualquer partido na defesa de interesses próprios. E uma vez que isso ocorresse, não seria capaz de atuar em grandes processos deliberativos ou ser representativo, já que ideias e opiniões podem ser politicamente representadas, mas indivíduos não. Programas e agendas organizam e tornam mais gerais a capacidade de atrair cidadãos e assim unificá-los (em interesses e ideias).⁵⁰

⁴⁷ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 35 e 36.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 37.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 38.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 39.

A participação do cidadão não é neutra, e não pretende ser. É uma forma concreta de competição buscando promover seus interesses e unindo forças com aqueles que se identificam, que apoiam ou tem formas mais convincentes de promover a causa. Por essa razão a representação é problemática, já que o que o cidadão deseja exatamente em vários campos nunca será alcançado por seu representante. A representação possui uma autonomia e liberdade de expressão e associação assim como precisa de uma igualdade nas condições materiais, o que exige uma cultura ética de cidadania que permita tanto ao representante como ao representado que vejam relações partidárias não como diferenças irreconciliáveis, e nem suas defesas como promoções incondicionais de privilégios contra o bem-estar de todos.⁵¹

Relembrando a democracia Ateniense, a isonomia representava a igualdade na distribuição dos votos e a *iségoria* a distribuição da voz. A primeira seria e precisaria ser “cega”, para assegurar de fato uma igualdade entre os diferentes, mas a segunda não. O objetivo é tornar o espaço deliberativo tão complexo e rico como a sociedade para nele correr o domínio da interpretação e da opinião (julgamento). A diversidade precisa de defesa e visibilidade pública. A dialética entre a parte e o todo, a igualdade formal (uma pessoa é um voto) e a material (todas as ideias devem ter a chance de ser divulgadas, não só as que receberam a maioria dos votos). É a máxima da justiça distributiva, que coroa a proporcionalidade. Cada cidadão precisa ser levado em consideração.⁵²

A democracia exige ambas, tanto a igualdade para um sufrágio universal garantindo que independente de quem seja a pessoa ela tenha direito ao voto, e exige também que a representação proporcional garanta que a forma de ver de cada um tenha a chance de ser ouvida. É o direito ao voto e o direito a ser representado.⁵³

É um critério normativo para apoiar minorias políticas não no sentido de escolher necessariamente o lado minoritário e sua agenda, mas no sentido de não permitir que a maioria seja mais do que um atributo numérico. Todos devem ter a chance de influenciar o cenário da política em uma democracia, de modo a contribuir e agir no debate das ideias que produzirão as normas, democraticamente.

⁵¹ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 39.

⁵² *Ibid.*, p. 40.

⁵³ *Ibid.*, p. 41.

A democracia pressupõe que as decisões sejam tomadas por um processo de debate com a justa divisão de vozes.⁵⁴

A igualdade se preocupa tanto com a oportunidade de ser exercida, como com os meios para atuar na arena pública da opinião de forma significativa. A igualdade formal é uma ficção constitucional, mas essencial ser firmada, já que é preciso fixar que mesmo sendo diferentes, todos daquela sociedade partem da igualdade para o direito, para o Estado e na vida pública. Isso limita a atuação do Estado, dos representantes e a produção de normas, e ainda estimula a participação e as políticas públicas que devem procurar torná-la o mais real possível. Pode-se dizer que a constituição de alguma forma antecipa os conflitos políticos, pré-define normas que regulam a ação política, presumindo o ativismo político e a contestação⁵⁵.

Nas palavras da autora, “*no momento que as constituições democráticas definem a igualdade como um objetivo, elas admitem que a desigualdade é uma ameaça permanente para ser detectada e condenada, ouvida e alterada.*”⁵⁶ Ao buscar a igualdade através da política e do direito (normas), os representantes não podem ignorar as demandas sociais, devendo transcender a sua condição de seleção.

É bem-vinda essa não coincidência entre representante e representados, pois é através dessa clara não correspondência que o representante pode transcender, pode acomodar e se conectar com os demais. Essa independência permite a deliberação, que convirjam em dados momentos para de fato produzir normas (de pretensões gerais) e a um certo consenso.⁵⁷

A disputa eleitoral não pela identificação existencial, mas pela identificação de ideais e de projetos, já que a representação pressupõe uma agenda e um agir, não é apenas para fins simbólicos. É a natureza da representação com elemento temporal de futuro e com elemento ideológico de competição política.⁵⁸

Importante na democracia representativa é pensar sobre o instituto da *advocacy*, já mencionado em nota anterior, e fundamental a ser analisado conforme os estudos de Nadia Urbinati.⁵⁹ Para a autora a desigualdade não busca apenas a

⁵⁴ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 42.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 43 e 58.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 44, livre tradução.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 45 e 58.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 46.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 44, 47 e 48.

representação, mas para efetivamente mudar suas desigualdades não desejadas precisa da *advocacy*. É necessário que as causas sejam ouvidas, entendidas e defendidas, buscando o melhor caminho existente na competição de opiniões prevista na democracia. No momento da eleição o cidadão também está pensando quem melhor desempenhará essa função, e também vigiará esse tipo de atuação ao longo do exercício do mandato.

Desse modo, a representação une ao mesmo tempo a perspectiva dos cidadãos para dentro da deliberação e as decisões dessa assembleia para efeito aos cidadãos. Separa e conecta as duas fontes de atuações e opiniões, dá independência e autonomia ao representante, mas também controla tendo em vista a renovação ou confirmação no próximo ciclo eleitoral, o que torna a democracia representativa uma forma única de governo.⁶⁰

Como observado, a representação oscila entre transcender as diferenças sociais e aderir a elas. Essa adesão pode ser de uma forma refletida, na linguagem política que é produzida e mediada, mas pode também ser direta e haver uma coincidência do caráter existencial. Esse espelhamento do representante e representado pode deixar a representatividade mais forte, todavia a ação política mesmo podendo espelhar essa situação de fato, não interpreta ou muda a natureza pré-política daquela identidade, a qual só poder se unir e misturar com outras também identidades, pois há a razão estratégica de formar alianças parlamentares.⁶¹

A representatividade refletida já ocorre pela criação política, pelo relacionamento entre os representantes e representados na interpretação e idealização do contexto social, das agendas. As especificidades precisam ser descobertas e debatidas com essa dimensão de projeto, de perspectiva de futuro.⁶²

O representante fica em uma posição desafiadora, pois representa uma causa, ao mesmo tempo tem autonomia em relação a ela para compor e argumentar com o outro na reconstrução de normas na deliberação, mas procurando defender a agenda política que representa, por questão tanto de controle dos representados, como por responsabilidade sobre o que representa. Uma responsabilidade moral e política, mas não jurídica ou legal⁶³.

⁶⁰ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 47, 48 e 58.

⁶¹ *Ibid.*, p. 49.

⁶² *Ibid.*, p. 50.

⁶³ *Ibid.*, p. 50.

O representante é eleito tanto por atributos individuais, como por atributos que compartilha com o cidadão. O que dividem de comum seja nas características, origem, ou projeto político, tende a fortalecer os atributos individuais do candidato. E é por essa razão que a representação é tão essencial. Ela incentiva que o candidato realmente conheça e identifique as opiniões públicas. Isso cria uma condição dialética política e a união partidária. A presença através das ideias em um diálogo essencial e inevitável na democracia, que conecta o Estado e a sociedade, dando legitimidade às instituições e seu funcionamento. A deliberação produz um consenso democrático, já que a eleição não exaure a representação, a qual ocorre durante todo o período entre eleições pela presença da soberania popular e sua possibilidade de construir, transformar ou interromper a relação com o representante.⁶⁴

Outro aspecto necessário na teorização sobre a democracia representativa é justamente a supramencionada soberania popular. A situação da representação e sua representatividade e *advocacy* destaca a relação social conflituosa, o que valoriza um aspecto fragmentário da ordem política, caso não esteja fundado na unidade política da sociedade toda exercendo a sua soberania.⁶⁵

Aliás, na representação acaba havendo uma tendência natural de agrupamento e formação de alianças, o que pode significar um problema. A formação de “*lobby*” é mais perigosa do que ideologias individuais que pregam violações, pois incentivam a parcialidade nas normas, e em seu sucesso são premiados e vangloriados. Mas cidadania impõe a convergência do particular juntamente com o geral, e será geral se abstrata em critério de justiça, não de julgamento enviesado.⁶⁶

Daí a importância do exercício e incentivo do desempenho da soberania permanentemente, a julgar e influenciar seus representantes. A sociedade é baseada em múltiplos interesses e na competição entre eles, não demanda imparcialidade, mas precisa acompanhar o fórum público das opiniões.⁶⁷ Desse modo, é importante que a sociedade desenvolva cada vez mais a consciência desse aspecto do seu poder para pressionar desconfigurações da democracia.

⁶⁴ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 51 e 52.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 54.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 86 e 88.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 87.

A visão de soberania de Rousseau em sua teoria jurídica da democracia representativa ainda permanece muito forte, principalmente em momentos de crise que exigem um reforço de legitimidade governamental, muitas vezes gerando a ideia de que a representação política consistiria em uma transferência da soberania do povo para o representante, e justamente por essa razão ele era contrário à representação nesses termos. Para a visão jurídica, o exercício da soberania em caso de representação ocorreria somente periodicamente nos dias das eleições e sempre para ser renunciada. A visão jurídica da representação como uma delegação, como algo contratual, atrapalha e impede o entendimento de uma democrática teoria da representação, da visão do todo do processo político.⁶⁸

A visão contratualista ou jurídica entende a soberania como um ato de vontade, e a vontade só pode ser delegada, não representada, já que a representação seria estar no lugar de outrem, logo, seria uma alienação da soberania. A soberania seria exercida como um ato de vontade para uma atuação específica, ou diretamente na votação de leis. A elaboração em si das normas não estaria sujeita à deliberação popular, já que demandaria capacidades e qualificações específicas. Conclusão não democrática da representação.⁶⁹

A delegação seria uma espécie de prestação de serviço para a soberania, e não o exercício do poder soberano em si. Os delegados escolhidos não tomariam as decisões em si, seguiriam instruções. Isso faz sentido no contexto da existência de reis, os quais possuíam em si o poder, não o corpo legislativo.⁷⁰ Nessa forma de organizar, a vontade política da soberania escolheria seus delegados, mas as deliberações nas quais as formações de consenso e interpretações são feitas ficam separados do poder soberano. Mas essa delegação pura não possuiria o ato de vontade, este restrito à soberania popular.⁷¹ A soberania e o governo são separados no modelo rousseauiano.

Nesse ponto, existe um paradoxo no modelo de Rousseau que impacta também nos defensores da democracia participativa, que defendem que só há democracia verdadeira na democracia direta, e nos teóricos da democracia eleitoral, os quais defendem que a democracia verdadeira só existe pontualmente nos

⁶⁸ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 54 a 57, e p. 132.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 60 a 63.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 67.

⁷¹ *Ibid.*, p. 72 e 74.

momentos das eleições. É que a soberania popular que é tão cara e não pode ter representante fica excluída do desempenho do papel mais importante na vida do Estado, qual seja, nas deliberações e elaborações das normas. Os cidadãos apenas fornecem o selo da legitimidade.⁷²

A representação desafia o dualismo entre o dentro e fora das instituições estatais e do governo, entre a vontade e a decisão, e ainda expande o domínio público sobre a formação das políticas de Estado. A representação condiciona a permanente existência e influência da soberania popular, da sua vontade e da sua opinião, e na vigilância e juízo sobre o exercício dos representantes. O poder de influenciar é essencial à soberania, e é indireto e público, diferente do ato da vontade.⁷³

Ao pensarmos as decisões políticas como expressões ou dependentes da opinião, as problemáticas sobre quem está ratificando uma norma perdem importância, pois a nenhuma opinião ocupa o status de verdade e o juízo sobre todas as leis está permanente aberto a alterações e mudanças. De modo que a legitimidade política na representação impescinde da visão mais expandida da soberania além do ato da vontade para abarcar também o juízo de opinião.⁷⁴

De forma contrária ao ato de vontade, que seria um ato direto do cidadão, a representação precisa de um fórum público de ideias, de soluções para conflitos como uma forma de interpretar os interesses gerais e o pluralismo ideológico. Não há uma escolha eleitoral única (definitiva), pois caso houvesse, a representação não teria importância.⁷⁵

As normas aprovadas em deliberações de representantes são o resultado do produto desse debate e troca entre os eleitos, e dentro dos parâmetros de funcionamento da ordem política e jurídica-constitucional, contém a voz da soberania popular. Do mesmo modo a soberania opera no poder de crítica que os cidadãos possuem, podendo indiretamente pressionar e influenciar para mudá-las, inclusive. É uma faculdade da soberania que a permite ser permanente.⁷⁶

Na teoria política da democracia representativa, como já visto, a representação não aleija a população de seu poder soberano, que continua o

⁷² URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 77 e 78.

⁷³ *Ibid.*, p. 78.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 89.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 80.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 88 e 89.

exercendo de forma perene, tanto nos momentos de eleição, como ao longo de todo o exercício do mandato. A representatividade e a *advocacy* dessa representação dependem da manutenção da relação com a opinião pública, apesar de não ser legalmente coercitiva opera no campo da política. De modo que o Estado e os representantes estão sujeitos a soberania popular.⁷⁷

Assim como a política não pode ser reduzida à elaboração e sanção de normas, e autoridade estatal, a representação também não pode ser reduzida a uma relação clientelista ou a uma autorização eleitoral no exercício do ato de vontade, o que, é claro, não significa que o papel do sufrágio e o sistema e processo eleitoral sejam irrelevantes ou devam ser ignorados.⁷⁸

A autora faz referência à teoria de Condorcet de que a democracia deve ser observada pelo seu atributo da revogabilidade de todas as normas e o fato de não ser imediata.⁷⁹ Não acontece em um episódio único, mas ocorre no transcurso do tempo, na duração do seu processo político complexo de deliberação, o qual precede e continua dentro das instituições representativas.

O cidadão é uma identidade artificial, no sentido de que não existe de forma independente do indivíduo e seus interesses, culturas, sentimentos e moralidade. Rousseau já havia notado e contextualizado a problemática da natureza humana na sua existência, mas ele acreditava que uma ordem artificial poderia blindar ao máximo as instituições dessas consequências, mas essa artificialidade precisaria ser continuamente recriada para preservar seu poder.⁸⁰

Para ele a assembleia dos eleitos é uma estratégia política para afastar o cidadão da vida diária da tomada de decisão, da mesma forma que é preventiva e educacional para a tentação do governo em abusar do seu poder, e ainda é um importante ritual simbólico para lembrar o valor da igualdade e a busca de contenção da desigualdade.⁸¹

Mesmo sendo artificial, a lei tem um grande poder coercitivo para determinar comportamentos, mas não emoções. Dessa forma, mesmo podendo criar autoridade, não possui a capacidade de inspirar ações ou formatar emoções, e estas

⁷⁷ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 56 e 58.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 59.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 90.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 91.

⁸¹ *Ibid.*, p. 91.

são essenciais também se quiser que os cidadãos livremente respeitem o ordenamento. Tomada de decisão leva tempo e reflexão, ponderação, cálculos, discussões, troca de informações e opinião. Caso ela seja repentina, a imediatidade favorece à decisão pela emoção.⁸²

2.1 A democracia representativa de Nadia Urbinati

A representação tem a capacidade de unir politicamente algo incapaz de ser definido em termos contratuais (entre eleitores e eleitorado), mas também não pode ser definido como um sistema de competição que apontará ao interesse geral da nação, como o defendido no século XVIII. Ademais, a crítica sobre uma política indireta com a democracia representativa sobre a questão da fonte de legitimidade da normatividade não é irrelevante, e não é respondida como uma praticidade e instrumentalidade necessária.⁸³ Para a autora a representação política é única precisamente porque não é um substituto de uma soberania ausente, sendo necessária que seja permanentemente recriada e conectada dinamicamente com a sociedade para cumprir a produção de normas.⁸⁴

As eleições de fato produzem uma classe política e divide o trabalho na política, apontam a direção política do Estado, e isso em um processo nos quais os cidadãos impulsionam e sustentam através de múltiplas formas de presença política⁸⁵, unindo a representação e a democracia.

A representação aparece para a autora como a melhor maneira de trazer complexidades e pluralidades sociais para o governo, de modo a legitimar um pluralismo democrático⁸⁶. Mas ela reconhece que há uma dificuldade no entendimento inicial de democracia como um processo político que necessariamente envolve a presença indireta da soberania popular, no sentido de haver representação.⁸⁷

É uma releitura da soberania popular, porque o povo continua sendo o centro de gravidade da democracia, mas afasta que os eleitores seriam o centro, mas sim os cidadãos. O processo todo não seria menos importante do que o ato de

⁸² URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 91 e 92.

⁸³ *Ibid.*, p. 100.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 20 e 58.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 20.

⁸⁶ *Ibid.*, p.227.

⁸⁷ *Ibid.*, p.93.

autorização da eleição. O processo, que seria a política, começa como um espaço aberto e comum para a deliberação, para a discussão sobre ideias e competição de opiniões e revisão de decisões. A voz como a principal manifestação e a deliberação sobre a justiça ou não das normas é constante, disseminando a soberania popular no permanente e contínuo regulado trabalho de reconstruir e manter a legitimidade.⁸⁸

Nadia Urbinati em sua obra “*Representative democracy: principles and genealogy*” parte da ideia de que as instituições modernas, em particular as referentes à representação, são analisadas a partir da perspectiva dos teóricos do século XVIII ainda nos dias de hoje, como se escolhas não democráticas feitas por seus fundadores permanecessem⁸⁹. A título de exemplo a autora menciona crítica feita por Alexis Tocqueville que os EUA vivem um paradoxo democrático, pois são socialmente democráticos e politicamente aristocráticos. Exemplifica também com as leituras de uma verdadeira democracia ser somente aquela com eleições de representantes dentro dos procedimentos previstos e transparentes ao escrutínio público.

Todavia, as feições da representação política em democracias constitucionais são únicas. A democracia moderna é um “governo de discussão”⁹⁰ no qual o debate público e a votação para representantes são as formas diretas de participação pela sociedade. O governo moderno é definido a partir da relação entre participação e representação. A autora defende que a soberania popular não é exercitada apenas nos dias das eleições e no período eleitoral, mas ao longo de todo o período entre eleições. Para tanto, ela propõe a comparação entre as instituições da democracia contemporânea, especialmente a representação, e os dois princípios atenienses da igualdade: a isonomia, como o direito de igualdade de participação; e a isêgoria, como direito de igualdade de falar. A igualdade política para a autora aparece como uma condição de legitimidade, uma guia para o escrutínio e uma promessa a ser cumprida, além de ser um definidor de objetivos e da linguagem do processo político democrático da representação⁹¹.

O exercício da soberania popular na democracia atual aparece para a autora na participação com ideias e nos debates, constituindo uma continuidade política de

⁸⁸ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 24 e 25

⁸⁹ *Ibid.*, p. 1 e 2.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 3 e 8.

⁹¹ *Ibid.*, p. 6.

aferição e ação. A democracia e a representação são conceitos complementares e não contraditórios⁹². De forma que ao inserir representantes no governo, não significa o fim da participação do povo, logo, este não fica excluído e não deixa de ser democrático o governo. A representação expande a participação democrática, não o oposto. É uma forma de participação política que pode ativar uma diversidade de formas de controle e vigilância social.

A representação é desejável e necessária em sociedades complexas e plurais para a expansão da própria democracia, então precisa ser redescoberta. Nadia Urbinati⁹³ busca primeiramente afirmar que o debate público é o principal elemento que caracteriza e dá valor às políticas democráticas, tanto na antiguidade como na modernidade, e tanto na participação direta como na representação. A presença do povo pelo debate público é a expressão do seu julgamento político e define indiretamente o caráter democrático da política, tanto no voto direto quanto no voto em representantes.

A opinião do povo para a autora possui dois atributos de ação, um positivo e outro negativo. O positivo seria através de propostas e o negativo através de vigilância. Isso demonstra que a vigilância e julgamento sobre a política são permanentes, e não alternativos ou posteriores à ação propositiva, ao votar.

Na sequência a autora pontua como segundo argumento basilar em sua teorização que a forma ser indireta de exercício democrático, sendo o exemplo mais relevante a representação, é fundamental e decisiva na construção do caráter racional democrático da política, o que aumenta, e não obstrui, a participação e engajamento do povo.

O terceiro argumento apresentado é que a representação destaca a idealização e o escrutínio natural da política, e com isso os indivíduos transcendem o imediatismo da sua experiência social e cultural, se educam e expandem seus entendimentos políticos através das suas opiniões, bem como das alheias. Cabe aqui mencionar o raciocínio de Aristóteles de que o tempo do juízo é o passado (justiça) ou o futuro (deliberação), mas nunca o presente que é o tempo da dimensão da vontade, da opinião.⁹⁴ Isso, porque o tempo da opinião é o da decisão, aqui e

⁹² URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 3 e 4.

⁹³ *Ibid.*, p. 5.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 94.

agora. Mas Urbinati defende uma natureza dual da concepção da política, abarcando o presente, mas também o futuro no processo político, já que a democracia tem um aspecto projetivo.⁹⁵

A representação política através do raciocínio da autora aparece não só como uma organização do governar, como implica em um complexo processo político que provoca a soberania popular muito além do ato formal de autorização na eleição. Ela unifica e conecta a pluralidade da sociedade através do conflito e da concorrência projetando o debate para uma perspectiva orientada para o futuro. A representação filtra, refina e media o processo de formação e expressão da vontade política⁹⁶. Isso ajuda a despersonalizar agendas, o que permite que cidadãos componham e se associem sem apagar a divisão partidária ou obscurecer a divisão majoritária e minoritária.

A razão está na impossibilidade de o representante coincidir exatamente com o representado, sendo um ser separado que não está mimetizando o social, mas indo além dele, transcendendo. A representação política nas eleições simultaneamente separa e conecta os cidadãos ao governo, pois cria um espaço entre o Estado e a sociedade ao mesmo tempo que permite que eles se comuniquem, inclusive entrem em conflito, mas não se amalgamando⁹⁷. Ademais, o poder soberano recai ainda na habilidade do povo em estimular o decisivo ativismo nos representantes, em um contínuo de influência e poder criado e recriado por escrutínio político e pela maneira como o poder diversificado confia e se relaciona com as instituições representativas⁹⁸.

Nesse ponto, para a autora na representação é fundamental que a representatividade e a *adocacy* estejam presentes. Eles são a expressão da igualdade democrática refletida na representação eleitoral. É necessário tratar com igualdade os diferentes porque são diferentes, para que sejam ouvidos, o que poderia não ocorrer “naturalmente”. A representação consiste em verdadeiro processo cooperativo de investigação e decisão (deliberação) que unifica os cidadãos. Unifica mesmo na discordância. As questões sobre uma boa representação estão conectadas às questões de igualdade democrática.⁹⁹

⁹⁵ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 95.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 6.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 14.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 14 e 16.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 48.

2.2 Teoria da Opinião e o debate

A autora não constrói um livro explicitando sistematicamente qual é a sua teoria. É na análise de autores clássicos sobre os temas abordados ao longo do livro que ela vai deixando pontos sobre o que entende como sua teoria. Dessa forma, muito do abordado é seguindo um paralelo feito por ela de autores como Rousseau, Condorcet, Seyes, Kant e Montesquieu, o que dificulta de uma certa maneira a extração do seu conteúdo.

A adoção do sufrágio universal reflete a transformação democrática tanto do Estado como da sociedade, e como consequência há um aumento de tamanho e de complexidade da opinião pública e da vida coletiva que atribui à opinião pública um peso político que nunca possuiu antes.¹⁰⁰ O sufrágio universal também se relaciona com a questão do princípio da igualdade, igualdade esta que deve procurar ser efetiva em uma deliberação democrática, já que desigualdade nesse âmbito é fonte de crise de legitimidade governamental.¹⁰¹

Nesse sentido, mesmo não sendo democrático, a inovação de Kant sobre a relação entre o poder e a vontade (*forma imperii*) também embasa a legitimidade da representação, pois entende que a autonomia no juízo, no decidir, faz a forma indireta legítima ao colocar representante e representado na condição de se imaginar no lugar decisório do outro, de forma reflexiva.¹⁰²

As ações políticas consistem na procura das normas para regular a relação temporária entre os elaboradores das leis e o povo, representantes e representados, não meramente uma substituição do ato de decisão. A forma indireta existe em co-participação, não submissão ou substituição. O povo desempenha aquela deliberação mesmo não estando presente fisicamente no parlamento, é possuir o poder, mesmo sem o praticar no parlamento diretamente. Interessante é também a consideração sobre a importância do voto sem justificativa, já que o silêncio significa que não há implicação de obrigação moral a ser tornada pública pelo cidadão, pois ao vincular o voto a uma justificativa há uma auto-limitação do poder.¹⁰³

¹⁰⁰ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 24.

¹⁰¹ Ibid., p. 101.

¹⁰² Ibid., p. 103.

¹⁰³ Ibid., p. 104.

Kant aponta ainda que para haver legitimidade na representação é necessário que haja publicidade, bem como que o representado exerça indiretamente o poder. Para ele é necessária que haja a mediação do poder político dentro das balizas legais, pois seja em democracia ou monarquia, governos não representativos são ilegítimos, pois ilegítimos os exercícios do poder.¹⁰⁴

O direito de cada cidadão formar o seu juízo se traduz no direito de se associar politicamente ou de fazer o seu juízo público, condições essenciais tanto para uma democracia dialética como para o processo político da representação. Dessa forma, é de suma importância o estudo sobre as influências nas formações da opinião e as implicações nos atos políticos.¹⁰⁵

Embora não seja falsificável, o juízo reflexivo não pode ser uma expressão puramente subjetiva ou arbitrária. O sentimento de comunhão com os outros, a ideia de que todos poderiam compreender e hipoteticamente concordar com um julgamento feito subjetivamente é o princípio da validade universal que faz do juízo uma faculdade representativa. A comunicação universal ou a participação representativa é a norma.¹⁰⁶

Como diz a autora, “a democracia é única porque extrai sua força para a unidade das diferenças”¹⁰⁷, da diversidade e da pluralidade. A democracia é um valor em si mesmo. As pessoas conseguem se unir nas diferenças, sem abstrair que são diferentes. É sobre o processo político, mas também é sobre os seus atores, a maneira como existem e desempenham seus papéis e os meios como cada um performa.

Um questionamento que pode ser feito é como o princípio da autonomia política pode ser conciliado com o fato de ser um autogoverno e ainda assim ter que obedecer a um resultado conseguido por uma maioria da qual não faz parte. Ou seja, uma opinião diferente da minha formou a vontade geral de forma diferente do meu entendimento. Isso pode começar a ser respondido através da visualização da diferença entre vontade geral e opinião geral, entendendo que a obediência à maioria não viola a autonomia. A opinião como uma parte da norma que opera como

¹⁰⁴ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 105 e 106.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 105.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 105.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 30, livre tradução.

uma força invisível e exerce força de influência indireta, e não de forma direta e autoritária.¹⁰⁸

A dialética da maioria e minoria implica na soberania formal e informal, e faz o cidadão livre mesmo quando obedece a uma lei que não concorda. O corpo político é mantido íntegro pelo fato de os membros daquela sociedade concordarem com a ordem política, nos princípios que ela opera, e nas formas que o governo e o processo deliberativo são desempenhados. Apesar de uma opinião formada prevalecer, a comunidade política ainda é capaz de se representar, e em outro momento pode vencer inclusive a maioria.¹⁰⁹

Ou seja, é importante na democracia representativa a ideia da transitividade e reciprocidade, para nem o formato direto e nem a unanimidade determinem a relação de poder e a legitimidade. Desse modo, a minoria não se sente oprimida e excluída da opinião vencedora, já que participou do processo de formação dessa opinião e da deliberação sobre os assuntos em pauta para a elaboração das normas. Na verdade, a minoria tem um papel importantíssimo na criação da maioria e sua legitimidade. Fazer parte da minoria não significa estar na oposição da opinião pública, mas na oposição da opinião majoritária em um assunto específico. A opinião minoritária também faz parte e compõe a opinião pública de uma sociedade.¹¹⁰

Nessa forma de observar, é possível dizer que a opinião majoritária resulta em um consenso social, o que não se confunde com unanimidade que não é buscada pela democracia. A relação entre a maioria e a minoria se assemelha à relação já explicada entre representante e representado, já que em ambos os casos, todos desempenham um papel na formação do caráter do eleitorado e se influenciam mutuamente através da comunicação. Além disso, ambos podem situar-se do ponto de vista do outro (*ex hypothesis*), quando julgam questões políticas e avaliam o comportamento um do outro.¹¹¹

A autora remete ao defendido por Condorcet, quando afirma que como o sentido da autoria política é fortalecido não apenas pelo fato de todos votarem, mas pelo fato de todos saberem que todos contribuíram na elaboração de uma decisão

¹⁰⁸ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 107 e 108.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 109.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 110.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 110.

comum, a comunicação entre o interior e o exterior das instituições estatais fortalece o caráter da decisão, opostamente ao entendido por Rousseau.¹¹²

As opiniões e crenças são formadas e desenvolvidas por toda a sociedade em conjunto, na experiência das combinações culturais, econômicas, e sociais. Associando e comunicando, ou seja, vivendo em uma sociedade democrática, é que se forma opinião, se desenvolve o sistema eleitoral e a seleção de candidatos.¹¹³

Envolve o exame das questões, formar uma opinião pessoal, avaliar consequências e se associar com outras pessoas para debater, identificar problemas e soluções, ou simplesmente criticar as decisões tomadas. Parte da escuta das opiniões dos outros e analisá-las para elaborar uma proposta até com mais chances de ser aceita. O povo precisa ser educado no ativismo deliberativo e na participação política em associação. Para Urbinati, a ideia de unidade é construída dentro do domínio público (e não fora, como em Rousseau).¹¹⁴

O discurso e a opinião são ferramentas para mediar que valorizam as especificidades, a individualidade e insere essa diversidade política na performance pública, tirando o anônimo e unânime do princípio da igualdade. O discurso dá profundidade ao voto e estimula o desenvolvimento e a articulação da discussão.¹¹⁵ A opinião assim formada nunca é resultado do pensamento e juízo de um único indivíduo isoladamente e é sempre mais consistente.¹¹⁶

Em sua Teoria da Opinião, Nadia Urbinati entende que a vontade não é possível de ser representada, visto que representante e representado não conseguem coincidir nem que o desejassem. Porém, o julgamento formado sim, a opinião pode ser representada. A importância da forma de pressão indireta, na diferença entre “deliberar” e “votar”, pois permite que o “*demos*” reflita, analise e julgue suas leis, instituições e líderes. A deliberação e formação de opinião e vontade expande a política além da eleição e do votar. A política aparece como uma arena aberta para debate de opiniões e a contínua revisão de decisões. É a permanente contestação e reconstrução da legitimidade. Pode ser um mecanismo de auto aperfeiçoamento e demiurgia por parte da democracia¹¹⁷.

¹¹² URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 111.

¹¹³ *Ibid.*, p. 33.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 111.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 34 e 35.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 112.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 16 e 224.

As eleições “produzem” a representação, mas não “produzem” os representantes. O que faz um governo representativo é esse processo contínuo de debate na arena de opinião que produz conteúdo que pressiona e influencia o governar. A soberania popular assim é vista como exercício da vontade, mas também da opinião e de julgamento em um fenômeno ininterrupto¹¹⁸. Movimento que acontece dentro e fora das instituições, em um processo político perene de narrativas de propostas e projetos que unificam a sociedade na sua comunicação e enfrentamento, bem como a emancipa nas construções a longo prazo.

Isso porque a forma indireta também ajuda no desenvolvimento da sociedade civil organizada e suas diversas formas. O direito à igualdade política em determinar a vontade política deve andar junto com a significativa igualdade de oportunidade de formar e manifestar as suas ideias e propagar essa voz na sociedade¹¹⁹. A democracia representativa permite a conexão do poder da sociedade e a influência política fora e além dos eventos formais eleitorais. Incentiva representantes e representados a exercitar a comunicação, a criatividade na melhoria da transparência e do escrutínio público da relação interdependente que possuem através de um processo comum, agregador e plural¹²⁰.

Interessante também é pensar que a deliberação está no campo da retórica, sendo uma arte aberta ao risco de manipulação, já que o seu desempenho depende da atuação dos representantes, e depende bem menos dos procedimentos e regulações. A deliberação é o processo de decisão através do debate, das reflexões e juízos sobre as pautas, na troca de opiniões e em decisões provisórias. Do mesmo modo, não está imune à natureza humana e imperfeições dos cidadãos, mas sendo cíclica permite as revisões, arrependimentos e concertos.¹²¹

E a tomada de decisão significa reflexão sobre o tema. Depende do uso da linguagem, da consciência sobre sentimentos e questões morais juntamente com a competência de coletar e selecionar dados e informações, comunicar e comparar, trabalhar a memória e a habilidade de justapor ideias, equilibrar prós e contras, e para finalizar, a capacidade de subsumir as particularidades e especificidades ao raciocínio geral e amplo da normatização.¹²²

¹¹⁸ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p. 225.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 226.

¹²⁰ *Ibid.*, p.227.

¹²¹ *Ibid.*, p. 80 e 82.

¹²² *Ibid.*, p. 84.

Até porque não é preciso saber de antemão a quantidade ou qualidade de informações necessárias para que haja uma boa deliberação e a produção de uma boa lei, sendo um problema atual e real da democracia as questões sobre quem detém as informações, os meios de comunicação e propagação delas e a representação nesse jogo do pluralismo.¹²³

Os juízos são feitos por todos, já que todos tem uma concepção de certo e errado, mas o desempenho e o resultado dessa formação de julgamento é desigual. Reflete os diferentes níveis de proficiência humana na socialização, no processo de aprendizagem, e nas experiências que cada um possui de bagagem. Dessa forma, é um verdadeiro desafio republicano ensinar sua população a arrazoar cada vez de uma melhor forma e aprimorar a eficiência do expressar, debater e comunicar.¹²⁴

Importante frisar nesse momento, que não há a interpretação rousseauiana de que haveriam cidadãos mais aptos do que outros para tal desempenho da formação de juízos, não há aristocracia democrática no raciocínio de Nadia Urbinati. O que há é a constatação das desigualdades em que a realidade opera, e que em busca da igualdade sempre é preciso aprimoramento. John Dewey, que será desenvolvido ao final do presente trabalho, inclusive aponta a educação como um direito fundamental da democracia, como um direito que o cidadão possui de ter sido educado. No mesmo sentido T.H. Marshall¹²⁵, teórico da cidadania.

Uma vez que a virtude humana e as razões públicas são falíveis, o significado de democracia precisa ser expandido para incluir o desenvolvimento da habilidade social de crítica, da supervisão, deliberação, vontade e opinião. Diluindo assim os riscos de erros de julgamentos individuais. A vontade geral circula em toda a sociedade democrática como critério de julgamento político. A deliberação expande para além da decisão legislativa de Rousseau, e para além do momento da eleição o julgamento político feito pelos membros daquela sociedade.¹²⁶

Visto o exposto sobre a democracia representativa em Nadia Urbinati, demonstra que esta representa mais as mentes dos cidadãos do que a democracia direta que os coloca em um sistema de decisão de sim/não. A democracia direta não possui as ferramentas para acomodar o pluralismo de opiniões, ela é menos

¹²³ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p.113.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 84 e 85.

¹²⁵ MARSHALL, T.H., Bottomore, Tom. *Cidadania e classe social*. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: ed. Unesp, 2021.

¹²⁶ URBINATI, Nadia, *op. cit.*, p.113.

representativa do que a indireta. A forma como a democracia direta é concebida, reduz todas as diferenças de opinião a duas, obrigando os cidadão a sumir com as suas diferenças. A democracia direta pode se basear na presença direta dos cidadão, mas esta presença é menos representativa das suas ideias do que em uma democracia representativa.¹²⁷

A deliberação pressupõe a continuidade entre o exterior (o público) e o interior do indivíduo (a mente do cidadão), exige do povo que ele reflita sobre as suas visões quando na companhia de outros, mesmo a tomada de decisão sendo feita pelo indivíduo sozinho, no seu interior.¹²⁸

A representação como uma instituição verdadeiramente democrática coincide com a arte política de reunir consentimento para as propostas que devem solucionar ou responder aos problemas que afetam a todos, e que surgem dentro do Estado, como fora dele, pela sociedade e sua ideologia (suas ideias com poder criativo).¹²⁹

A formação da opinião é verdadeiro poder brando, indireto, na medida que é a expressão da liberdade e inicia a atividade política. Cumpre um desejo de conhecimento, de julgamento, análise, avaliação, crítica e precisa de transparência das instituições estatais e o comportamento dos representantes. O mundo público da formação de opinião não é menos livre porque não ordena comandos de obediência autoritários.¹³⁰

As leis definem a obediência de certas condutas, mas condutas externas do indivíduo, não tem como afetar a sua consciência. Ele define regras de convivência para fins de estabilidade da ordem política, e embasa a justificativa do poder coercitivo do Estado, a proteção do ser humano. Todavia, na democracia representativa o deliberado em normas faz com que o cidadão não obedeça apenas pela coerção, mas por convicção, como um cidadão livre que é, e que pode inclusive criticar, interpretar, pressionar e propor mudanças a essas normas.¹³¹

Pensar em como o indivíduo forma o seu juízo e na participação nas arenas de opinião e no fórum público de ideias, demonstra a localização da opinião na

¹²⁷ URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p.113.

¹²⁸ *Ibid.*, p.114.

¹²⁹ *Ibid.*, p.115.

¹³⁰ *Ibid.*, p.115.

¹³¹ *Ibid.*, p.116 e 117.

esfera pública. Mas o teorizado e a prática “imperfeita” é como a democracia está em andamento, sem um anular o outro, embora em constante interação, conflito e disputa.¹³²

De tal forma, a democracia representativa em Nadia Urbinati pode ser descrita como um governo com a dualidade na natureza da soberania popular como a linha mestre e como limitadora do poder político e legislativo. Consente sobre deliberações, assim como as crítica e revoca, como o definido também por Condorcet.¹³³ Os direitos políticos são a condição para a construção e desenvolvimento do processo de formação de decisão, e possibilitam aos cidadãos serem agentes de consentimento, tanto no momento em que são solicitados a instituir em uma função atuante, como em uma situação revisional.

¹³² URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*, p.116.

¹³³ *Ibid.*, p.221.

3. O debate e suas linguagens e mundos

O presente capítulo se baseia na perspectiva da linguagem contextualizada do filósofo Ernst Cassirer, principalmente em sua obra *Linguagem e Mito* e no livro *Modos de Fazer Mundos* do filósofo Nelson Goodman, no qual o autor trabalha a multiplicidade de mundos através de símbolos e sistemas de símbolos, partindo de muitos conceitos da simbologia de Cassirer.

Durante a leitura dos autores não pude deixar de pensar na aplicação social desses conceitos e nos efeitos e considerações que trazem quando pensamos a democracia representativa, cuja existência está intrinsecamente ligada à realização de debates e a formação da opinião, os quais por sua vez levam novamente a questão para o campo da linguagem.

Observamos sociedades plurais, globalizadas e com diversidade, e essa pluralidade pode levar a muitas situações de disputas, desigualdades, discordâncias e conflitos. Problemas sociais são complexos, com muitos fatores além do político e por isso seria no mínimo leviano pensar que uma resposta rápida solucionaria o problema. Mas refletir sobre a arena onde esses problemas se instalam pode trazer considerações relevantes. O campo do debate democrático é a linguagem, e seria uma utopia pensar que em uma sociedade plural, o objetivo do debate seria levar para um pensamento único e comum. Mas é preciso conviver com as diferenças e progredir na convivência social.

O contexto das presentes leituras de Goodman e Cassirer repercute no cuidado com o debate tão importante na teoria de Nadia Urbinati, reforçando a importância de uma cultura de conversa e discordância como parte do viver social. Um viver com as reflexões sobre a linguagem utilizada no seu contexto e na coexistência de multiplicidades de mundos e seus símbolos, pois com a consciência do outro, podemos entender mais sobre nós mesmos e nos desenvolver como corpo social.

3.1 A linguagem e os símbolos de Ernst Cassirer

A obra *Linguagem e Mito*¹³⁴ discorre sobre as considerações sobre a origem do mito e da linguagem, bem como sobre aspectos das construções religiosas. No

¹³⁴CASSIRER, Ernst. *Linguagem e mito*. 4ª edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2019.

presente trabalho o foco está na parte da linguagem, conforme introduzido anteriormente.

O filósofo alemão na obra traz na multiplicidade dos mundos o poder criativo da compreensão, e como a variedade e a função formadora dos símbolos é verdadeira criadora de mundos. Ele observa essa variedade fazendo estudos comparativos entre culturas, observando o espírito humano, com ênfase na compreensão da origem dos mitos e da linguagem.

O termo conhecimento é definido no sentido de apreensão humana de mundo, como uma ação mediada pela espontaneidade enformadora da mente humana. Ao produzir conhecimento o ser humano exerce a atividade de edificar um mundo, é a atividade simbolizante do homem.¹³⁵

A construção de símbolos é uma atividade dialética, coexiste com contrários, dada a multiplicidade ou polimorfia das partes constituintes. O mito, a arte, a linguagem e a ciência se tornam símbolos não no sentido de imagem, mas sim de cada uma delas gerar e fazer parte de seu próprio mundo significativo.¹³⁶

Isso porque nenhum processo consegue captar a realidade em si. Todo signo esconde em si o estigma dessa mediação, o que o obriga a encobrir aquilo que pretende manifestar. Uma mera alusão da totalidade da percepção real. Para a moderna crítica cética da linguagem, o que seriam os conceitos senão formações, criações do pensar, que em vez do objeto, exprimem antes a própria forma do pensar.¹³⁷

Contra essa autodestruição Kant chamou de “revolução copernicana”¹³⁸ mudar o enfoque do estudo ao invés do conteúdo mediar a verdade das formas, descobrir nas próprias formas a sua significação intrínseca. Os símbolos não são meras representações, mas geram e fazem parte de seu próprio mundo de significado. As formas simbólicas como órgãos da própria realidade. A ideia de que o conceito e sua essência existem em uma relação intimamente necessária. A

¹³⁵ CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*, p. 12 e 13.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 13 e 14.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 17 e 21.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 22.

questão filosófica agora é o modo pelo qual elas se inteiram e condiciona mutuamente.

Para Wilhelm von Humboldt, pelo mesmo ato mediante o qual o homem extrai de si a trama da linguagem também vai se entrelaçando nela¹³⁹. O mundo do homem e das coisas não só se tocam, mas se interpenetram, pois não se trata apenas do que é visto, mas da própria direção original do olhar.¹⁴⁰

Interessante no pensar da linguagem é o que surgiu primeiro, a apreensão das coisas ou o processo para isso, pois é a própria linguagem que conduz a tais articulações e as desenvolve na sua própria esfera. Ela própria produz o meio para realizar distinções.¹⁴¹

Segundo Cassirer, na linguagem um conceito é formado quando certo número de objetos acordantes em determinadas características e, por conseguinte, em uma parte de seu conteúdo, é reunido no pensar¹⁴². É a ideia que representa a totalidade das características essenciais do objeto sob análise.

É instigante pensar em identificar essas semelhanças antes mesmo da linguagem existir para tal denominação. A forma lógica do conceber é teórica, é sintética, feita especialmente com o propósito de criar um sistema para a síntese da parte em um todo, a partir das percepções com que nos é apresentado o mundo sensível.¹⁴³

A natureza é para Kant a existência da coisa, na medida em que é determinada pelas leis gerais. E a limitação individual é que traz uma existência significativa. O geral para Kant é um complemento necessário de existência do singular.¹⁴⁴ Já segundo Goethe o singular e o geral são um conjunto, pois é no relacionamento da parte com o todo é que se percebe simultaneamente do todo e da parte. Ao mesmo tempo separado e vinculado.¹⁴⁵

¹³⁹ CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*, p. 23.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 24.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 25 e 26.

¹⁴² *Ibid.*, p. 42.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 44 e 45.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 45.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 46 e 47.

De acordo com Cassirer¹⁴⁶, nessa lógica do processo de formação da linguagem é possível perceber que os conceitos constituem apenas uma camada superior da lógica, mas o seu alicerce é a lógica da linguagem. É a elaboração que transforma o mundo das impressões sensíveis em um mundo de representações e significações. Todo o conhecer parte de um mundo formado pela linguagem, e na análise dos objetos o estudioso convive exclusivamente ao modo como a linguagem os apresenta.

A linguagem surge como o meio que o pensamento deve cruzar antes de se achar a si mesmo e de poder conferir a si mesmo uma determinada forma teórica. O pensamento teórico é uma necessidade para o ser humano, visa principalmente, nas palavras do autor “*libertar os conteúdos do mundo observável ou da mente do isolamento em que se apresentam imediatamente*”.¹⁴⁷

Por esse nascimento de dentro do pensamento humano que para Cassirer os conceitos não são cópias de seus objetos, ou apenas representações de um mundo que se apresenta ao ser humano. A denotação e a expressão são muito diferentes. O agir humano se organiza primeiro no seu interior, na sequência a concepção depende do interesse subjetivo, e após a percepção e a perspectiva teleológica com a qual é enfocada intenciona e realizará a linguagem.¹⁴⁸

As distinções no significado são as que possibilitam a condensação dos conteúdos das percepções. E nesse sentido, conforme o contexto de vida muda, se estabelece também uma nova relação prática entre o homem e seu ambiente, e assim os conceitos linguísticos também não guardam seu sentido original conforme o tempo passa. É o desenvolvimento da linguagem. Também há conceitos que presentes em mais de uma sociedade apresentam distinções com o tempo, mesmo que “importados”.¹⁴⁹

Em sentido oposto, mas no mesmo raciocínio, na linguagem conteúdos divergentes podem alcançar a mesma significação sempre que os conteúdos sejam vistos como coincidentes em seu sentido cultural ou teleológico.¹⁵⁰

¹⁴⁶ Ibid., p. 48 e 49.

¹⁴⁷ CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*, p. 51 e 52.

¹⁴⁸ Ibid., p. 56.

¹⁴⁹ Ibid., p.57 a 61.

¹⁵⁰ Ibid., p.59.

Na criação do processo da linguagem o ser humano precisou falar metaforicamente, para se expressar de forma adequada às suas emoções e pensamentos sempre crescentes. E metáfora aqui no sentido antigo, uma necessidade de personificação, de antropomorfismo ou animismo do mundo ao redor do homem para o crescimento da linguagem e do raciocínio. É a metáfora fundamental, é o “*ato de insuflar nosso próprio espírito no caos dos objetos e de refazê-los, voltar a criá-los, segundo nossa própria imagem*”¹⁵¹

Cada conceito possui um âmbito que lhe pertence, e por meio do qual se diferencia dos demais conceitos. Ao mesmo tempo o inominado nada é, e tudo que apresenta o mesmo nome se confunde. Considerando que conceitos linguísticos podem ser ampliados, não devem os conceitos linguísticos serem definidos por sua extensão, mas por sua intenção.¹⁵²

Com isso, contemplamos que a linguagem é o que realmente desvenda à pessoa o mundo que o cerca, e assim somente ela possibilita a vida do homem em uma comunidade, e esta em uma sociedade¹⁵³.

Interessante também é o raciocínio do autor sobre a metáfora, a qual seria verdadeira substituição consciente da denotação pela representação. A vontade de se expressar em um mundo dinâmico sempre cria uma necessidade metafórica para atender, para possuir conceitos que a expressem.¹⁵⁴

A linguagem por sua própria natureza é metafórica, ela recorre a modos indiretos para descrever as coisas, e possui termos ambíguos, bem como comete equívocos.¹⁵⁵ Com isso presente em todas as áreas humanas, inclusive nas religiões e debates permanentes de interpretações bíblicas, por exemplo. Sendo inseparável do pensamento, a linguagem é uma atividade humana fundamental, verdadeiro meio de comunicação. Para a filosofia há um pressuposto de que não há como separar o ser do pensamento, pois são uma única e mesma coisa, de modo que há uma identidade entre o sujeito que conhece e a realidade conhecida para explicar o conhecimento.¹⁵⁶

¹⁵¹ CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*, p. 104.

¹⁵² *Ibid.*, p. 112.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 78.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 103 e 104.

¹⁵⁵ CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*, p. 183 e 184.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 186.

O autor destaca a intensidade como a filosofia se dedicou ao tema da linguagem com a vida ateniense do século V, na qual a linguagem ganhou destaque como instrumento de propósitos concretos e práticos, sendo o mais poderoso nas disputas políticas. Nesse sentido se desenvolveu a retórica, e os sofistas colocando-a em posição central, acima do que seria correto ou verdadeiro, pois os termos teriam a verdadeira tarefa de despertar emoções e incitar os homens a determinadas ações, e não mera transmissão de ideias ou pensamentos.¹⁵⁷

A linguagem não é uma simples junção de sons e palavras, mas constitui verdadeiro sistema, e cada língua, cada idioma, tem sua estrutura própria e características particulares, as quais refletem suas perspectivas de mundo, sendo provavelmente o mais autocontido e resistente dos fenômenos sociais.¹⁵⁸ Ela sempre se conforma a certas formas de vida humana, e é por elas medida conforme seus mundos perceptuais. Todas as formas de linguagem em todas as suas diversidades e divergências são perfeitas, pois atingem seu objetivo como meio de comunicar pensamentos e sentimentos humanos, de unir os homens mesmo causando discordâncias.¹⁵⁹

Sem a linguagem não haveria comunidade humana, porém ela mesma reflete a diversidade que separa e gera conflitos. E como gera conflitos, ou revela conflitos já existentes, também pode levar em um debate estruturado a um resultado pacificador. Debate estruturado no sentido dos induzidos em uma sociedade democrática, porque em alguns pontos realmente não se chegará a um acordo entre extremos opostos. Mas, a pacificação vem da verificação que seus pensamentos foram expressos, ouvidos, considerados seriamente. E as democracias possibilitam que em um novo ciclo eleitoral ele possa ser travado novamente, e quem sabe em outro momento ou circunstância, conseguir prevalecer. A linguagem não só reproduz, mas produz e constrói¹⁶⁰.

Cassirer abordando o tema de idiomas retrata que enquanto não conhecermos nenhuma língua estrangeira seremos de alguma forma ignorantes sobre a nossa própria língua, pois não conseguiremos observar a sua estrutura e

¹⁵⁷ CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*, p. 189.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 200 e 205.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 212, 213 e 223.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 215.

características específicas e distintivas.¹⁶¹ A pluralidade social enriquece a sociedade no mesmo sentido. Sem o encontro, troca de experiências, debate, e ciência da existência do outro diferente, além de podermos colocar o outro em posição de ter a sua dignidade ferida, perdemos no enriquecimento do nosso próprio conhecimento. A unidade social, aqui segue o abordado por Cassirer sobre o homem, é uma unidade dialética, uma coexistência de contrários. Na harmonia na contrariedade de Heráclito.¹⁶²

A conformidade buscada como tarefa fundamental no equilíbrio do convívio social é dinâmica, não se busca algo que seja permanente e imóvel. A sociedade humana vai além do convívio em sociedade existente em outras espécies animais, porque além de ser uma sociedade na prática dos seus atos (com divisão de tarefas e organização social), é uma sociedade de pensamento e de sentimento, refletidos na linguagem, na arte, no mito, na religião e na ciência desenvolvidos. Estes sendo verdadeiros meios da forma de vida social transmutar em um novo estado, qual seja, a consciência social¹⁶³.

O homem sendo um ser social que é, só encontra a sua própria individualidade quando interagindo com o seu meio social. Ele se submete às regras de convívio social, mas não está conformado a isso, tendo papel ativo na criação das realidades sociais, bem como em suas mudanças. Tem o poder de alterar a forma de vida social¹⁶⁴ e romper a tensão existente entre estabilização e evolução. É o dualismo incessante existente no homem entre a tradição e a inovação.¹⁶⁵

A linguagem segue esse processo fundamental, sendo a conservação e a inovação elementos indispensáveis da vida da linguagem¹⁶⁶. Ela aponta como um dos mais poderosos conservadores mecanismos da cultura humana justamente porque esse atributo é o que a faz cumprir a sua tarefa fundamental, a comunicação. Os símbolos e as formas linguísticas precisam ter certa perenidade para permanecer contínua no tempo. As alterações de fonética e semântica são consequências do desenvolvimento da linguagem, já que o processo de aquisição da linguagem de

¹⁶¹ Ibid., p. 219.

¹⁶² CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*, p. 362.

¹⁶³ Ibid., p. 362 e 363.

¹⁶⁴ Ibid., p. 363.

¹⁶⁵ Ibid., p. 365.

¹⁶⁶ Ibid., p. 368.

uma geração para outra envolve uma atitude ativa e produtiva dos seus atores¹⁶⁷. Como mencionado anteriormente, a linguagem não se restringe a uma mera reprodução. Nem no seu aprendizado, e nem no seu funcionamento.

Cassirer tem interessante frase já perto de finalizar uma de suas obras, que merece ser descrita literalmente e muito se coaduna com o que moveu o presente trabalho, tomada como um todo “*a cultura humana pode ser descrita como o processo da progressiva autolibertação do homem*”¹⁶⁸. Autolibertação que como visto, vem muito do autodesenvolvimento e autoconhecimento desenvolvido no viver em comum, a partir do qual o homem constrói um mundo só dele.

Unidade não significa simplicidade, assim como não são irrelevantes as tensões e os atritos, os contrastes e os conflitos, os quais não podem ser reduzidos a um denominador comum. Todavia essa unidade reflete nesse dinamismo uma harmonia. Nas palavras de Cassirer, “*os contrários não são mutuamente excludentes, mas interdependentes*”¹⁶⁹. A harmonia da diversidade.

3.2 As formas de fazer mundos de Nelson Goodman

Na mesma linha de pensamento de Ernst Cassirer sobre a multiplicidade de mundos, o poder criativo do conhecimento, e a variedade dos símbolos e suas funções construtivas, Nelson Goodman também segue¹⁷⁰. Utiliza o desenvolvido por Cassirer para desenvolver como os mundos são feitos, do que são feitos, o papel dos símbolos nas construções, a relação entre fazer mundos e o conhecimento, e o que faz de um mundo genuíno.

O filósofo americano observa que em seu estudo sobre múltiplos mundos não estamos falando de vários mundos no sentido do trabalhado, por exemplo, pela Disney (múltiplas realidades alternativas), mas de múltiplos mundos reais¹⁷¹. Se na interpretação esses mundos serão reais, irrealis, fictícios ou possíveis será uma questão subsequente.

¹⁶⁷ Ibid., p.367.

¹⁶⁸ CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*, p. 371.

¹⁶⁹ Ibid., p. 372.

¹⁷⁰ GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*, p.2.

¹⁷¹ Ibid., p.2.

Da mesma forma cabe observar de início, que quando se fala em múltiplos mundos ou um mundo único (monismo ou pluralismo de mundos)¹⁷², a realidade revela que a discussão acrescenta pouco. Isso, porque se só existe um mundo, este mundo tem muitos aspectos contrastantes, e se existem mais de um mundo, o conjunto de todos é um mundo também. Ser um ou muitos vai depender da escolha filosófica, do modo de os entender.

Goodman traz um conceito muito interessante de quadro de referência¹⁷³ para o entendimento do que pode ser considerado verdadeiro. A compreensão da existência de múltiplos mundos parte do entendimento da existência de vários sistemas de descrição. A raiz da diferença dos mundos não está na consequência do descrito, mas nos modos como serão descritos. Como descrevemos algo condiciona o que é descrito, e assim ficamos confinados no nosso universo. Os conceitos elaborados são produtos e estão inseridos em um modo, em um quadro de referência, não existindo independente dele.

A partir do momento que uma versão seja verbalizada em enunciado¹⁷⁴, a verdade pode passar a ser relevante. As verdades podem ser diferentes para mundos diferentes. Mas, dentro do mesmo quadro de referência, uma versão será considerada verdadeira quando não ofende crenças firmes nem nenhum de seus próprios preceitos.

Dessa forma, quando se questiona sobre a veracidade de algo, deve ser observada em qual contexto está inserido, sobre qual ponto de vista é analisada, pois pode ser confirmada como verdade ou como mentira, a depender de onde se analisa. O que não representa um relativismo geral e sem rigor sobre verdade¹⁷⁵, mas sim que esta deve ser analisada observando o quadro de referência. A título de exemplo¹⁷⁶, o autor comenta as frases “a maçã é vermelha” e “a maçã é branca”, as quais apesar de excludentes quando comparadas, podem ser ambas verdadeiras dependendo da análise que está sendo feita, se do interior ou do exterior. Estamos confinados na forma de descrição do que é descrito.

¹⁷² Ibid., p.2.

¹⁷³ GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*, p.2 a 4.

¹⁷⁴ GOODMAN, Nelson. *Modos de Fazer Mundos*, p. 38 a 41.

¹⁷⁵ GOODMAN, Nelson, op. cit., p.5.

¹⁷⁶ GOODMAN, Nelson, op. cit., p.111.

Em outras palavras, o quadro de referência importa na delimitação da análise, da construção e nas relações feitas dentro dele. Com as margens definidas, a versão de mundo opera com regras de certo e errado, falso e verdadeiro, e não degenra para um relativismo.

Há múltiplas versões e visões a depender da ciência em enfoque, do mundo da arte, e das nossas percepções que são embasadas pelo conhecimento destas, e das circunstâncias que nos cercam, das nossas experiências e forma de percepção, nosso raciocínio e interesses. Nas palavras do autor¹⁷⁷, não é para querer transformar a física na psicologia, ou na biologia, ou vice-versa.

O filósofo ressalta que existem as representações pictóricas que não tem valor de verdade e não estão restritas a quadros de referência, como acontece com a arte. O autor ilustra com o exemplo de representações feitas de Dom Quixote, seja escrita ou pintada não denota Dom Quixote, pois o mesmo não está lá para ser denotado.¹⁷⁸

O artista cria individualmente, mas sua criação tem a pretensão de deixar livre as versões de mundo produzidas a partir da observação por outros indivíduos. Por isso, algo que não é denotativo participa na criação de mundos, através de exemplificações e expressões, bem como na existência como símbolos, estes sim que podem ser tanto literais como metafóricos¹⁷⁹. Somente o discurso acerca dessas representações é que podem compor quadros e enunciados, e todos se interpenetram na feitura de mundos.

Saindo das representações pictóricas, para a observação e a formação de conceitos, quando essas versões são ordenadas em grupos, cada grupo constituirá um mundo, em que os membros do grupo serão também versões desse mundo. As muitas e diferentes versões do mundo tem importância e interesse autônomos, sem qualquer exigência ou presunção de redutibilidade a uma base única. Cada base serve a um propósito¹⁸⁰.

É interessante observar que para Goodman a interação entre esses mundos, entre esses modos de formação de conceitos, pode fazer com que um se reduza a

¹⁷⁷GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*, p.3.

¹⁷⁸ Ibid., p.103.

¹⁷⁹ Ibid., p.105 e 106.

¹⁸⁰ Ibid., p.4.

outro, mas o importante são as acomodações que criam uma unidade na organização global. Essa acomodação que tanto importa quando se pensa de forma plural, de múltiplos mundos e não de verdade única.

Para o autor o tema não kantiano da multiplicidade de mundos está intimamente próximo com o termo kantiano da vacuidade na noção de conteúdo puro¹⁸¹. A multiplicidade pressupõe a negação a um mundo único, e Kant nega a existência de substância comum de que são feitos os mundos¹⁸².

Juntas, essas teses resistem à nossa necessidade de exigir intuitivamente algo impossível. Algo absoluto que seja universal. Falar de conteúdo não estruturado, de um conceito descontextualizado é autodestrutivo e é insustentável, pois o discurso impõe estrutura, conceitualiza e atribui propriedades.

A conceitualização sem percepção seria algo vazio. E a percepção sem a conceitualização seria cega, inoperante. O conteúdo sem forma desaparece, ou pode se dizer que nem surge no mundo. Podem existir palavras sem mundo, mas nenhum mundo pode existir sem palavras ou outros símbolos de fixação de conceitos na linguagem.¹⁸³

É interessante que a feitura de mundo só é feita tal como a conhecemos, partindo sempre de mundos já disponíveis. Para o autor, fazer mundos é sempre um refazer¹⁸⁴. O mundo será composto de mundos, que são na verdade interação de versões.

Os modos de fazer mundos também são variados. Eles podem ser criados por decomposição ou composição¹⁸⁵, ou seja, criando distinções a partir da análise das características componentes, ou compor totalidades a partir de ligações de características. Isso não significa que criamos um mundo cada vez que juntamos ou separamos de modo diferente, mas os mundos podem diferir pelo fato de nem tudo o que pertence a um pertencer a outro.

¹⁸¹GOODMAN, Nelson. *Modos de Fazer Mundos*, p. 42 e 43.

¹⁸²GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*, p.6.

¹⁸³Ibid., p.6.

¹⁸⁴Ibid., p.6.

¹⁸⁵Ibid., p. 7 a 10.

O autor ilustra a questão com a observação da diferença da linguagem existente entre esquimós, samoanos e ingleses para o conceito de neve. Para o primeiro, o mundo possui muito mais conteúdos e conceitos para neve e a cor branco do que para os outros. A forma como descrevemos e como os eventos são organizados no mundo pode fazer com que ele seja absurdamente heterogêneo, ou insuportavelmente homogêneo e monótono¹⁸⁶.

Esse pensamento filosófico sobre a forma de fazer mundos é especialmente interessante na análise política do presente trabalho, quando desejamos observar o debate como um meio de processamento de versões, mundos e realidades na busca por uma maior pacificação social e acomodação de interesses e vidas na experiência de um comum.

Outra forma de criar mundos é a ênfase¹⁸⁷. Algumas espécies relevantes de um mundo, em vez de estarem ausentes do outro, estão presentes como espécies irrelevantes. A diferença pode estar não na entidade estar presente em si, mas na relevância como é compreendida em dado contexto. E isso não é menos importante. Propósitos conflitantes podem levar a acentuações irreconciliáveis e a mundos contrastantes. E a ênfase não é sempre binária (relevante/irrelevante), e a atribuição de graus na relevância, na importância, valor, utilidade produz frequentemente hierarquia e não dicotomia.

Outro aspecto desse raciocínio filosófico é observar que em um mundo que teoricamente enfatiza tudo, na verdade equipara tudo ao mesmo patamar de ênfase, fazendo com que nada de fato tenha ênfase. Em um mundo plural não se busca mesmo um absoluto. As diferenças e acomodações são essenciais. Também a mudança de ênfase pode dar ainda uma nova forma de observar (um novo *insight*¹⁸⁸), como pode transformar o objeto em caricatura. Aqui também cabe observar que a exemplificação e a expressão podem chegar ao mesmo significado que a denotação ou a literalidade podem representar. Isso, pois a forma como é colocada e ordenada na construção do entendimento, dará as ênfases necessárias. O

¹⁸⁶Ibid., p. 9.

¹⁸⁷GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*, p. 10 a 12.

¹⁸⁸Ibid., p. 11.

autor comenta¹⁸⁹ inclusive em como um poema sem a palavra triste ou sinônimas pode transmitir a tristeza no seu desenvolver.

Os mundos podem ser criados também por ordenação. As ordenações impregnam a percepção e a cognição prática. Através de arranjos e agrupamentos é possível lidar perceptivamente e cognitivamente com vastas quantidades de material. E essa organização é construída no interior do mundo e participa da feitura do mundo. Assim como nada está em repouso ou em movimento fora de um quadro de referência, nada é primitivo ou derivativo anterior a coisa alguma fora de um sistema de construção¹⁹⁰.

Todas as medidas são fruto de ordenação, seja por periodicidade, por proximidade, por circunstância e objetivos. Ela é mais facilmente perceptível como uma forma de criar mundo com o exemplo do tempo¹⁹¹. O dia de 24 horas, a hora de 60 minutos e o minuto de 60 segundos é uma ordenação, não é algo encontrado no mundo, no entanto constitui o que entendemos como dia a dia na construção da passagem do tempo.

A supressão e a completação, ou eliminação e preenchimento¹⁹², também são modos de formação de mundos. A capacidade humana de não ver é virtualmente ilimitada, e aquilo que assimilamos são fragmentos significativos e pistas que precisam de complementação massiva. Frequentemente reparamos aquilo que estamos preparados para encontrar, do mesmo modo que ignoramos o que não nos ajuda ou o que atrapalha nossos interesses.

Além disso, Goodman pontua que mesmo no interior do que percebemos e recordamos (memória), descartamos como ilusório ou insignificante o que não pode ser enquadrado na arquitetura do mundo que estamos a construir¹⁹³.

Por último, existe a deformação¹⁹⁴ que preconiza que mudanças podem ser consideradas correções ou distorções dependendo do ponto de vista. Ressalto que para o autor esses modos podem frequentemente ser combinados e não pretendem

¹⁸⁹Ibid., p. 12.

¹⁹⁰GOODMAN, Nelson. *Modos de Fazer Mundos*, p. 50.

¹⁹¹GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*, p. 14.

¹⁹²Ibid., p. 14 a 16.

¹⁹³GOODMAN, Nelson, op. cit., p.52.

¹⁹⁴GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*, p. 16.

ser exaustivos ou imperativos, pois não existe um mundo único de mundos e nem um único mundo.

Nelson Goodman desenvolve uma interessante consideração sobre a verdade¹⁹⁵. A partir do momento que uma versão seja verbalizada em enunciado, a verdade pode passar a ser relevante. As verdades podem ser diferentes para mundos diferentes e dependendo da versão feita do mundo. Porém, dentro do mesmo quadro de referência, uma versão será considerada verdadeira quando não ofende crenças firmes nem nenhum de seus próprios preceitos.

Entre os preceitos¹⁹⁶ podem estar escolhas entre quadros alternativos de referência, ênfases, bases de derivação. Mas a linha entre crenças e preceitos não é nítida e nem estável. As crenças são formuladas em conceitos informados por preceitos, assim, mesmo a crença mais sólida pode com o tempo admitir alternativas. Cassirer desenvolveu essa linha de consideração na análise da origem dos mitos e da linguagem, e como a mudança do contexto muda também seu conceito e entendimento.¹⁹⁷

Mundos são feitos pelo que é dito literalmente e metaforicamente, pelo que é exemplificado e expressado, pelo que é mostrado e pelo que é dito. E a realidade é uma questão de hábito. Não apenas o movimento, a derivação, a ênfase, a ordem, mas mesmo a realidade é relativa¹⁹⁸. O autor ainda expõe que considerando que a verdade pode não importar para mundos não verbais, ou verbais sem afirmação, seria muitas vezes mais interessante pensar em verificar se algo está certo ou errado, do que se é verdadeiro realmente.¹⁹⁹

E pensar essa realidade de mundos relativa²⁰⁰ não apaga a distinção entre versões do que é correto e incorreto, e não implica que todas as alternativas corretas sejam igualmente boas para todo ou mesmo para algum propósito. Isso porque a disposição em reconhecer mundos alternativos pode ser libertadora, e sugerir

¹⁹⁵Ibid., p. 17 a 19.

¹⁹⁶ GOODMAN, Nelson. *Modos de Fazer Mundos*, p. 55.

¹⁹⁷CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*, p.44 e 58.

¹⁹⁸GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*, p. 18.

¹⁹⁹Ibid., p. 19.

²⁰⁰Ibid., p. 20 a 21.

caminhos alternativos e novos, mas o acolhimento de todos os mundos não constrói nenhum para o autor²⁰¹.

Ademais, a relação entre termos pode apagar significados iniciais, assim como a interação entre versões pode acabar com fatos. O exemplo é a observação de dois pontos de luz sendo acesos sequencialmente e rapidamente. Para um observador existem dois objetos que piscaram, mas para outro um objeto que se movimentou. A percepção de ambos está correta com a descrição dos fatos que observaram, porém relatam fatos diversos. O estudo comparativo de versões é o que o autor chama de “crítica do fazer mundos”²⁰². E a percepção de que nenhuma das versões é exclusivamente certa, não representaria que são todas erradas²⁰³.

Para Nelson Goodman o conhecer não pode ser exclusivamente ou mesmo primeiramente uma questão de determinar o que é verdadeiro. O autor entende a realidade em um mundo como uma questão de hábito²⁰⁴, de consequência de uma forma de ser e agir, como a correspondência com o mundo construído²⁰⁵. Os múltiplos mundos não são possuem versões aleatórias dentro de si, mas são reais na medida em que são constituídos dessas versões, respondendo corretamente a elas. Representações e descrições são diferentes, mas a correção em ambas não pode ser confundida com a análise de verdade, sendo uma afirmação verdadeira ou uma versão correta dependendo do seu encaixe no mundo sob análise.²⁰⁶

Porém, a verificação dessa pluralidade, que pode trazer mundos e descrições irreconciliáveis, desperta a atenção para o que seria a verdade. Interações são interpretadas em termos de universos de universos.²⁰⁷ Segundo o autor, para Heráclito ou Hegel os mundos dependem de conflito para a sua própria existência²⁰⁸. Isso transportado para as consequências aplicadas no presente trabalho enriquece o pensamento e entendimento da pluralidade e o debate na democracia.

²⁰¹GOODMAN, Nelson, op. cit., p. 59.

²⁰²GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*, p. 93 e 94.

²⁰³Ibid., p. 98.

²⁰⁴Ibid., p. 20.

²⁰⁵Ibid., p. 94.

²⁰⁶Ibid., p. 131 e 132.

²⁰⁷Ibid., p. 120.

²⁰⁸Ibid., p. 119.

O pluralismo implícito na multiplicidade de versões de mundo nos leva a focar mais nas versões do que nos mundos. Como nenhum mundo surge do nada, o início de sua feitura demanda a utilização de versões ou mundos anteriores que estejam já familiarizados até termos a determinação e ferramenta para refazer em um novo. O fazer mundos começa com uma versão e acaba em outra²⁰⁹. Os sistemas e versões seriam tão criadores como reprodutores²¹⁰.

O autor também posiciona a validade²¹¹ na comparação com a verdade ou o certo, já que se distingue deles ao passo que algo válido pode não ser correto ou verdadeiro. A avaliação sobre a validade gira em torno da conformidade ou não com as regras em meio as quais é inferida.

A descoberta da verdade equivale a encontrar uma adequação²¹². Quando descobrimos ocorre um crescimento do âmbito de compreensão, não apenas o somatório de um novo conhecimento. Com isso, se os mundos são tanto feitos quanto descobertos, assim também é o conhecimento tanto um refazer como um relatar. Todos os processos de feitura do mundo entram no conhecer, pois a compreensão e a criação andam juntas.

3.3 Os reflexos na forma de observar um debate na democracia

Como o estudo dessas ideias de Ernst Cassirer e Nelson Goodman podem ajudar e muito a enriquecer a teoria de Nadia Urbinati passa pelo princípio contido em Cassirer de que as coisas físicas podem ser descritas nos termos de suas propriedades objetivas, mas o homem só pode ser descrito e definido nos termos de sua consciência.²¹³ O homem como ser social pensante precisa, então, se apropriar de sua própria consciência e em comunicação com seus pares através da linguagem e seu sistema de símbolos, experimentar a sua vida e interagir socialmente na busca de seus interesses e de um melhor convívio.

Conforme o explicitado pela socióloga Elisa Pereira Reis, a análise do discurso pode desempenhar um papel importante no entendimento da política, uma

²⁰⁹Ibid., p. 97.

²¹⁰Ibid., p. 100.

²¹¹Ibid., p. 125.

²¹²GOODMAN, Nelson. *Modos de Fazer Mundos*, p. 60.

²¹³CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*, p. 16.

vez que o eixo força/diálogo tem a ver diretamente com a dualidade violência/legitimidade no poder estatal²¹⁴.

Os discursos políticos têm como consequência a definição ou transformação do significado das relações entre os autores envolvidos. Para a socióloga brasileira o que define um discurso como político é o fato de que realiza atos de transformação nas relações intersubjetivas, a partir de atores autorizados a falar que recebem o direito de ação, estabelece obrigações, cria expectativas e reforça a confiança. Formando uma “teia de significações” no discurso, o que revela expressões, bem como cria significados sociais. O discurso como um agente dinâmico de significados culturais.²¹⁵

Através da linguagem há a transmissão de subjetividade, constituindo elementos de um imaginário social, e não busca a construção de um pensamento do “cidadão médio”, pois seria extremamente artificial. A autora vê na democracia uma potencialidade de emancipação da sociedade.²¹⁶

Pensando nessa potencialidade, como analisar a sociedade e sua pluralidade em uma vivência democrática que tanto demanda a formação de opinião e o debate entre si, bem como com seus representantes. E a sociedade é composta de múltiplos mundos que interagem entre si, possuem interseções e precisam fundamentalmente da linguagem para a busca do entendimento e adequações no processo social.

O mundo real não é descrito por conceitos, mas por termos e indicações linguísticas que indicam e descrevem objetos e atribuem sentido a eles. E individualmente, a linguagem com o conhecimento acumulado produzem mapas simbólicos contraditórios. Contraditórios no sentido que admitem acomodação, convergências entre os discursos dos indivíduos. Isso acontece através da retórica. E é na prática da retórica, no desenvolvimento de um debate que realmente é bem-sucedido na comunicação de ideais, que será possível produzir algo comum.

Para Goodman, quando ele está analisando os modos de criação do mundo, o mundo pode ser ingovernavelmente heterogêneo ou insuportavelmente monótono, seguindo o modo como os eventos sejam organizados em espécies²¹⁷.

²¹⁴REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*, p. 240.

²¹⁵REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*, p. 241.

²¹⁶Ibid., p. 250, 251 e 269.

²¹⁷GOODMAN, Nelson. *Modos de Fazer Mundos*, p. 46.

Essa forma de observação da realidade é muito relevante ao ser transportada para o contexto político onde as divergências podem ser ingovernáveis, sinalizando uma possível melhora da realidade na organização do debate de outra forma.

Retomando, o autor continua observando que as coisas continuam da mesma maneira ou não, segundo aquilo que se considera como a mesma maneira²¹⁸. Não é propriamente inovadora a forma de pensar²¹⁹, mas não deixa de fixar uma reflexão importante. Se o raciocínio já foi usado em mudar o discurso para na verdade manter uma realidade, ele também pode ser usado para encarar a realidade de uma maneira diferente, e através do discurso enformando um mundo de diálogo para entendimento e respeito.

O reconhecimento da existência de múltiplos mundos que coexistem na mesma sociedade compõe o quadro de que as realidades sociais desses atores também serão diferentes, e conseqüentemente suas versões de mundo. As realidades concretas são diferentes. Goodman inclusive aborda tal ideia quando defende a possibilidade de diferenças de opiniões em como cada mundo realmente é²²⁰. Logo, a forma como fixam conceitos e utilizam na linguagem também irão transbordar essa diversidade. O debate envolvendo a interação desses mundos não buscará necessariamente uma concordância, mas a política necessita da manutenção de um ambiente para essa deliberação, já que é uma atividade coletiva.

E como observou Cassirer, os conceitos na linguagem devem ser entendidos não por sua extensão, mas por sua intenção²²¹. Com isso, em um contexto de comunicação é muito importante o cuidado para que as partes entendam e sejam entendidas.

A coexistência de mundos é desordem, e como o natural do ser humano é a busca por ordem²²², é na política que se experimenta o comum através da ação. E a ação possível na deliberação é o debate, a retórica e tudo com base na linguagem.

²¹⁸Ibid., p.47.

²¹⁹Episódio da eleições brasileiras de 2018 propondo a nova política (<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/nova-politica-como-ficou-apos-2018/>, acessado em 17/07/2022).

²²⁰GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*, p. 95.

²²¹CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*, p. 109.

²²²“Ordem” no sentido explorado por Cassirer de atribuir às suas ações e visões suas perspectivas e entendimentos, se apropriando do mundo. Não ordem no sentido de necessariamente se conformar a estruturas já instituídas ou dadas.

Sem o cuidado com uma linguagem apropriada para o entendimento comum, os mundos não interagem entre si, não existe de fato uma comunicação, e não há experimentação de um comum.

Seguindo a afirmação de Goodman de que a disposição em reconhecer mundos alternativos pode ser libertadora e sugerir caminhos alternativos e novos, mas o acolhimento de todos os mundos não constrói nenhum mundo²²³ ganha especial desdobramento na consideração do aspecto da construção, ou melhor, na manutenção de um governo realmente democrático e na necessidade de tomadas de decisão por meio da legitimidade representativa. Outro aspecto a se refletir na busca por uma experiência social comum.

A sociedade plural é enriquecida em seu significado pela ambiguidade que situações podem gerar, e a tensão do conflito de sua consequência pode construir algo novo e melhor na acomodação mais criativa e adaptável. Nas palavras de Robert Venturi “*a ambiguidade válida promove a flexibilidade útil*”²²⁴. Até porque, os conflitos existem na convergência e disputa de interesses, já que Freud já ressaltava que “*o que nenhuma alma humana cobiça não é necessário proibir, exclui-se por si*”²²⁵.

As complexidades e contradições são inerentes à própria existência. Uma ordem válida e legítima acomoda essas contradições da realidade complexa, se autocorrigindo, controlando e ajustando com desenvoltura e espontaneidade a partir do debate com a opinião pública e seus frutos. É o que se deseja na democracia, um espaço fluente que se desenvolve de dentro para fora, sendo o exterior resultado do seu interior social. O todo precisa ser inclusivo e o processo democrático respeitado para a unidade dos elementos conflitantes que existe na sociedade, evitando o caos.

Venturi novamente pensa em arquitetura, mas serve para refletir sobre a arquitetura do Estado também, pois diz que o jogo de ordem e conciliação também sustenta a ideia de renovação e de evolução. O plano a curto prazo que concilia o velho ao novo deve acompanhar o plano a longo prazo. Com a organização não

²²³GOODMAN, Nelson. *Modos de Fazer Mundos*, p. 59.

²²⁴VENTURI, Robert. *Complexidade e contradição em arquitetura*, p. 33.

²²⁵FREUD, Sigmund. *Tempos de guerra e de morte*, p. 47.

convencional de partes convencionais, é possível a criação de novos significados dentro do todo²²⁶.

E como apontado por Peter L. Berger, a realidade social possui muitas camadas de significados, e descobrir cada uma delas muda a percepção do todo.²²⁷ O que caracteriza algo como social é o sistema de interações no qual as pessoas agem umas com as outras, e o ser humano tem uma necessidade profunda de ordem, propósito e inteligibilidade.²²⁸ Ordem não no sentido de obedecer ao que está ordenado e já existente, mas na necessidade de estar de acordo ou buscar organizar o mundo do jeito que vê, de acordo com seus interesses e na pacificação de estar compreendendo sua realidade.

Na linha do desenvolvido, o sociólogo austro-estadunidense explica que a consciência social se move dentro de quadros de referência que permitem à pessoa perceber a sua existência dentro de mundos nos quais há um sistema de significado atrelado, o que não determina o que é verdade, mas faz com que continue a viver sua vida ao seu modo na sociedade.²²⁹ Caso haja desconforto com a sua existência, a tendência é mudar o seu quadro de referência, mudar para um mundo que acomode melhor a sua realidade. Isso ilustra as mudanças de ideologias e posições políticas ao longo da existência das pessoas individualmente e em grupo.

Cassirer junta a função, ou essência da linguagem e de seus símbolos enformarem os pensamentos, já que não conseguimos formular pensamentos sem eles, e vai além com a sua consequência na política, no que tange o foco do presente trabalho. Na democracia representativa o debate público que existe a partir de opiniões, e em sua estrutura permite que opiniões sejam alteradas, criadas e acomodadas, é fundamental para a construção de uma opinião pública. A intenção no discurso é inegável, mais ainda em debates democráticos. E é algo positivo e a ser incentivado e desenvolvido, pois a habilidade de transmitir a sua opinião através da linguagem e a retórica, são instrumentos ao alcance dos indivíduos de uma sociedade para nessa atividade coletiva que é o debate, chegarem a um resultado. Resultado este que terá muito mais legitimidade e reconhecimento social,

²²⁶VENTURI, Robert, op. cit., p. 46 a 48, e 75.

²²⁷BERGER, Peter L. *Invitation to sociology*, p. 23.

²²⁸Ibid., p. 27 e 63.

²²⁹BERGER, Peter L. *Invitation to sociology*, p. 27 e 65.

contribuindo para a estabilidade do Estado, para a aceitação de resultados eleitorais, bem como para incentivar aprimoramento e novas tentativas caso deseje alterações.

É claro, que nesse âmbito, é papel do Estado e da sociedade o desenvolvimento e garantia de uma cidadania plena. É um direito do indivíduo, por exemplo, ter acesso à educação de qualidade e ser educado propriamente para seu desenvolvimento próprio e seu desenvolvimento como cidadão. O exercício democrático também exige que seja sempre desenvolvido o status de cada membro para que tenha igual acesso aos instrumentos tanto de informação, quanto de expressão e exercício da cidadania.

Conforme apontado por Cassirer²³⁰ em referência a Wilhelm von Humboldt, a linguagem não é algo pronto e estanque, mas um processo contínuo para expressar o pensamento. Também o é a política moderna, que como em introdução apontada por Renato Lessa²³¹, possui a premissa de inventar coisas não-existentes e imaginá-las possíveis. Da mesma forma funciona a democracia, a qual não possui destino certo, mas preocupa-se em estruturar o caminhar da sociedade respeitando a sua pluralidade e refletindo em um governo mais representativo e legítimo.

²³⁰ CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*, p. 200.

²³¹ LESSA, Renato. *Agonia, aposta e ceticismo: ensaios de filosofia política*, p. 69.

4. Experiência democrática

A perspectiva de Dewey é de unidade, não no sentido de não existir pluralidade ou diversidade, mas no sentido mais próximo de Norbert Elias²³², quando trabalha a relação entre indivíduo e sociedade como interdependentes, em que a unidade abarca os múltiplos problemas particulares, e estes englobam os problemas do todo social em que estão inseridos. Para o autor também haveria uma interdependência entre o pensar e o agir, o método e a matéria, fatos e valores, fins e meios, ciência e filosofia, conhecimentos e crenças²³³. Recusando as dicotomias apontadas para uma teoria filosófica de unidade e continuidade.

Desse modo, enxerga na democracia a forma dessa necessidade de estabelecer uma organização social que estimule essa flexibilização nas interações entre os indivíduos. Uma organização democrática da vida, uma forma de existência humana. Por esse ponto é visto como um instrumentalista na sua maturidade acadêmica, pois vê no valor instrumento para atingir anseios próprios de um mundo que refletiria em suas estruturas mais amplas os padrões democráticos inerentes à “sociedade dos homens”. Ou seja, entende a democracia como uma forma reflexiva de cooperação comunitária²³⁴.

Em John Dewey para caracterizar uma sociedade democraticamente constituída há o entendimento de ideais democráticos de quanto mais numerosos e variados forem os pontos de participação para os interesses comuns, mais confiança no reconhecimento de serem esses interesses comum, sendo um fator de regulação e uma direção social. Bem como ele observa como um ideal democrático que quanto maior e mais livre for a cooperação entre grupos isolados, melhor será a mudança de hábitos sociais e a readaptação em novos conflitos. A democracia para ele é uma forma de vida, uma experiência conjunta e mutuamente comunicada²³⁵.

No entendimento de continuidade²³⁶, nessa forma de vida os interesses se interpenetram mutuamente e em contínuo progresso, não no sentido de evolução qualitativa, mas no sentido de processo em andamento. Quanto mais plural e diversa a sociedade, maior o debate. A democracia amplia a área de interesses

²³² ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, p. 18 e 29 a 31.

²³³ AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. *Dewey: filosofia e experiência democrática*, p. 26.

²³⁴ DEWEY, John. *Democracia e educação*, p. 93.

²³⁵ *Ibid.*, p. 94.

²³⁶ *Ibid.*, p. 94.

compartilhados, o que não é resultado de deliberação e de esforços conscientes, porém precisaria de esforço consciente para conservar e ampliar também de forma contínua. Dessa forma, combina deliberação racional e comunidade democrática, cooperação e democracia.

Não é o foco da dissertação e da presente pesquisa, mas é importante ressaltar como a educação tem papel protagonista nas teorizações de John Dewey, sendo fundamental para o entendimento da própria pluralidade pela sociedade, para ser possível a mobilidade social, e essencialmente caminha lado a lado com a democracia.

O entendimento do que seria uma experiência²³⁷ é bastante elaborado pelo autor e importante na sua obra. Inicialmente pode começar a ser definida como algo que ocorre continuamente, visto que a interação do ser vivo com as condições ambientais está envolvida no próprio processo de viver. Toda experiência seria o resultado da interação entre o ser humano e algum aspecto do mundo em que vive da qual permanece uma percepção, não basta ocorrer um fato. As implicações dessas considerações na democracia tornam bem complexa a observação da organização social e a tentativa do seu entendimento.

As teorizações sobre democracia não devem excluir os componentes intrínsecos do que é ser humano e do reflexo em seu procedimento. Nas palavras do autor, “*não é possível separar entre si uma experiência vital, o prático, o intelectual e o afetivo, e jogar as propriedades de uns contra as características dos outros*”²³⁸. Na experiência integral essas partes variadas se interligam, e o seu tempo de desenvolvimento será singular, ficando incubada até que seja projetado e tornado perceptível como parte do mundo comum²³⁹. Não havendo como ser neutro, mecânico e premeditado, as experiências democráticas estão em constante transformação e adaptação, bem como é de dentro delas que saem as soluções no seu tempo de processo e desenvolvimento.

Nas resistências e conflitos, os aspectos do indivíduo e do mundo implicados nessa interação modificam a experiência com emoções e ideias, de modo que emerge a intenção consciente. É através das resistências do meio que o

²³⁷ DEWEY, John. *Arte como experiência / John Dewey*, p. 73, 74, 88, 89, 122.

²³⁸ *Ibid.*, p. 138.

²³⁹ DEWEY, John. *Democracia e educação*, p. 106.

indivíduo se conscientiza de si também, o reconhecimento dessa dinâmica da dependência do indivíduo com o que o cerca para atingir a sua inteireza. Seu encerramento é uma consumação, não uma cessação, porque as experiências são absorvidas²⁴⁰.

O conceito de experiência é primordial no entendimento de John Dewey, porque o autor o trabalha em diversos campos da sua produção acadêmica, como quando pensa na democracia, na arte e na educação. E experiência para ele vai além do empirismo, do experimentar sensorial, do conhecer. O assunto é tratado de forma ativa e passiva, pois é resultado de uma interação do sujeito com os elementos externos.

No âmbito da experiência, Dewey desenvolve importantes perspectivas, como a necessidade da experiência do comum para a compreensão pelo ambiente social das condições e dos fatores que o compõe, bem como a percepção de que a vida se dá em um meio ambiente, não apenas nele, mas por causa dele e pela interação com ele²⁴¹. Aqui também uma noção de interdependência que permeia todos os autores trazidos.

O autor reflete também que o equilíbrio entre a vida e o meio não surge de maneira mecânica e inerte, mas a partir e por causa de tensão²⁴². Conceitualmente, sem tensões ou oscilações, não haveria como pensar em se chegar a um equilíbrio. E seguindo a ideia de não ser inerte, esse equilíbrio mesmo quando se mostra estável é móvel. Tem mobilidade. Dewey sempre reforça as transformações como algo constante, inevitável e parte do processo²⁴³. O tempo como o meio organizado e organizador da mudança. E dessa forma, a ordem não teria como ser imposta de fora para dentro, mas atingida através das próprias interações, de trocas ativas e alertas com o mundo, buscando uma harmonia na participação e comunicação²⁴⁴.

Pensando em como o mundo é experimentado no passado se torna parte do indivíduo de hoje que age e sofre a ação em outras experiências, passando e vivenciando eventos que acabam no tempo, porém algo de seu significado e valor permanece como parte integrante do indivíduo, e com isso também da sociedade.

²⁴⁰ DEWEY, John. *Arte como experiência / John Dewey*, p. 109 e 110.

²⁴¹ *Ibid.*, p. 122.

²⁴² *Ibid.*, p. 76

²⁴³ *Ibid.*, p. 110 e 115.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 211 e 212.

Nas palavras de Dewey, “*através dos hábitos formados na interação com o mundo, também habitamos o mundo*”²⁴⁵. É pelas atividades compartilhadas e pela linguagem e outros meios de interação que as qualidades e valores se tornam comuns na experiência de um grupo da humanidade.

Por ver a democracia como forma de vida, e a vida de acordo com os hábitos que os indivíduos possuem e afetam a sua experiência de existir e cooperar, os estudos de Dewey consideram muito o indivíduo, e refletem em ser conhecido por um individualismo democrático²⁴⁶. O indivíduo é o centro e a consumação da experiência, mas experiência esta que ocorre no processo social em está imerso.²⁴⁷ Logo, o individualismo quando se fala em Dewey, não tem como ser pensado em isolamento, ou o ser destacado do seu meio. Suas ideias unem e agregam muito, não fragmentam a análise nem do indivíduo e nem da democracia.

4.1 A democracia como forma de vida em John Dewey

A obra *La democracia como forma de vida*²⁴⁸, é introduzida com um texto de John Dewey, o qual reporta como o autor valoriza as reuniões livres entre vizinhos como o coração da democracia, se não há essa possibilidade, não há como se falar que se está em uma democracia. Essa frase sintetiza algumas ideais que serão melhor abordadas, mas quer demonstrar que a forma como uma sociedade vive é determinante para a existência da democracia. O espaço público aberto e utilizado para deliberação é simbolizado com os vizinhos nas ruas conversando.

A noção de “público” merece atenção, porque está na interseção das relações individualizadas nas sociedades liberais e neoliberais da representação do “privado” que lhe está articulada, do papel da ciência, bem como do lugar da opinião no fundamento das democracias liberais.²⁴⁹ Nesse sentido, a forma como Dewey define o público é bastante relevante, traça uma fronteira entre o público e o privado, sendo o indivíduo essencialmente ele na área privada. O espaço público precisa ser desenvolvido com a deliberação, com a discussão, já que a sua existência

²⁴⁵ DEWEY, John. *Arte como experiência / John Dewey*, p. 212.

²⁴⁶URBINATI, Nadia. *Individualismo democrático. Emerson, Dewey e la cultura politica americana*, Editora Donzelli, Roma, 1997.

²⁴⁷DEWEY, John.1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p. 17.

²⁴⁸ Ibid., p. 8 e 199.

²⁴⁹ COMMETTI, Jean-Pierre. *La démocratie radicale. Lire John Dewey. Inedit essais folio*, p. 201.

opera em relações sociais, em cooperação. As sociedades e instituições não possuem regras e hábitos independentes dos indivíduos e da forma como agem.²⁵⁰

As necessidades, escolhas e objetivos residem em seres singulares, o comportamento manifesta um desejo, uma intenção e uma decisão, que vem de um ser em sua singularidade. Mas, como os indivíduos existem inseridos em um ambiente social, já que seres sociais são, as coisas individuais agem, mas em conjunto, não são puramente pessoais como pode ser entendido em um primeiro raciocínio.²⁵¹

O que um Estado pressupõe é uma forma particular de reconhecimento. O comportamento e as interações engajadas têm efeitos, consequências, nas ações, reações e na pessoa de outros indivíduos. Não é pelo simples fato dessas relações, nem por suas consequências, mas o que constitui um fato muito mais geral na continuidade das relações dos organismos com o seu ambiente e entre si, é o reconhecimento. Este constitui um aspecto de constituição de um universo de significados, inerentes a toda cultura e às interações sociais, conforme a relação dos indivíduos com o seu ambiente, não podendo ser separadas deles. É um marcador cultural.²⁵²

Para Dewey a distinção entre privado e público não é equivalente a distinção entre individual e social. As atividades privadas do indivíduo podem ter consequências para outros, mesmo para toda a sociedade e as de grupos podem ter consequências para o indivíduo ou para o grupo como um todo. Isso significa que a forma como o privado se articula com o público, assim como as consequências que resultam das respectivas ações, e as decisões e métodos de tomada de decisão que nela estão envolvidos desempenham um papel muito relevante, principalmente na democracia. Em particular aos tipos de tensões e conflitos internos na democracia, incluindo o papel da economia, a esfera do privado e da cidadania.²⁵³

Um dos problemas enfrentados pela democracia é a inércia dos hábitos e das ideias, que causam dificuldades no debate para aqueles que desejam revisá-las, em geral as minorias. Há uma grande dificuldade de enfrentar consensos. Outro problema é enfrentar situações de crises em que os próprios consensos não se

²⁵⁰ COMMETTI, Jean-Pierre. *La démocratie radicale. Lire John Dewey*. Inedit essais folio, p. 202.

²⁵¹ Ibid., p. 203 e 206.

²⁵² Ibid., p. 206 e 207.

²⁵³ Ibid., p. 208.

sustentam mais. E a saída é a deliberação pública. Assim como os indivíduos não são iguais entre si, suas opiniões também não são iguais, e para Dewey isso não é um limite à democracia, pelo contrário, é algo que a democracia precisa encorajar e cultivar. Uma democracia para desenvolver a igualdade da dignidade pessoal dos indivíduos.²⁵⁴

A democracia é incompatível com a censura, intolerância, ódio, medo, abuso e as estigmatizações oficiais ou culturais que repreendem por questões de opinião, religião, raça, condições econômicas ou posição política. Ela precisa de liberdade e do livre fluxo da comunicação entre os cidadãos. As garantias e previsões legais da liberdade de crença, de se reunir e associar, e de expressão são fundamentais, mas são o começo. Para o autor é preciso ir além e verificar a efetividade da vida cotidiana, da real liberdade de troca de ideias e experiências, de comunicação. O espírito democrático está arraigado desde o começo com a experiência vital de seus cidadãos.²⁵⁵ A democracia exige compreensão, benevolência e tolerância com a diversidade.²⁵⁶

Segundo o autor, dizer que a democracia é uma forma de governo seria o mesmo que dizer que uma casa é uma disposição geométrica de tijolo e cimento, que a igreja é um edifício com bancos, púlpitos e torres. É uma verdade, mas também é infinitamente mais. A democracia como um sistema de governo é modelada a partir da memória do seu povo (passado histórico), a consciência de como se vive o presente, e o ideal de futuro desejado. A democracia é um pressuposto, não uma proposta.²⁵⁷

A democracia é uma forma de vida, porque exige uma cooperação reflexiva entre seus cidadãos. Todos os indivíduos inseridos em um hábito “amigável”, pacífico, de cooperar. Isso não significa não ter rivalidade e nem competição, mas como no esporte, o autor compara que os conflitos surgem e criam a atmosfera tensa, mas sem o objetivo de resolução pelo uso da força ou da violência. A paz democrática existe pela confiança de que podemos tratar as disputas, controvérsias e conflitos através da cooperação, da deliberação em conjunto. Todos com

²⁵⁴COMMETTI, Jean-Pierre. *La démocratie radicale. Lire John Dewey*. Inedit essais folio, p. 212 e 213.

²⁵⁵DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p. 8, 10 e 199.

²⁵⁶Ibid., p. 190.

²⁵⁷Ibid., p. 9 e 12.

oportunidade de se manifestar, ainda mais que para o autor, a expressão das diferenças não é apenas um importante direito inerente ao cidadão, mas um meio pelo qual enriquecemos a nossa própria experiência de vida.²⁵⁸

A democracia em Dewey não é um conceito exclusivamente político, mas uma experiência de vida em contínua elaboração. Uma interdependência necessária entre os meios e os fins. Por esta razão que o autor defende ser impossível perseguir fins democráticos se forem utilizados meios não democráticos, tais como o ódio, a violência, a força e a intimidação²⁵⁹. Os meios legitimam a finalidade que buscam. É o que o autor chama de “radicalidade da democracia”, e é assim desenvolvido²⁶⁰.

A questão da habitualidade é importante, pois o hábito corresponde na vida do indivíduo em como ele forma seus pensamentos, suas ações e afetos (sensibilidade), o que interfere diretamente em como o meio social será, como seus membros são capazes de cooperar entre si para fins comuns.

E a democracia como forma de vida não está guiada somente pela fé na natureza humana em geral, mas na fé nas capacidades de seres humanos concretos deliberaram, formarem juízos e agirem de forma inteligente, caso as condições apropriadas tenham sido construídas.²⁶¹

A razão da democracia é a razão moral da dignidade e o valor do indivíduo, pois através da tolerância mútua, do respeito mútuo, da discussão de ideias, do compartilhamento de experiências que se constitui. E o único meio pelo qual os seres humanos podem ter êxito neste experimento em que estamos todos comprometidos, é viver juntos de modo a garantir a dignidade na vida de todos, na construção da nossa subjetividade e na contribuição e ajuda na construção da individualidade das outras pessoas.²⁶²

A fé democrática no importante papel da deliberação, do discurso argumentativo, da persuasão, da discussão e da formação da opinião pública, o que para Dewey em longo prazo tem um caráter autocorretivo. Com a fé na capacidade da inteligência do homem comum para responder à disputa das ideias²⁶³. E essa fé está arraigada aos métodos intrínsecos da democracia, conforme também visto no

²⁵⁸DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p. 14 e 200.

²⁵⁹Ibid., p. 18.

²⁶⁰COMMETTI, Jean-Pierre. *La démocratie radicale. Lire John Dewey*. Inedit essais folio. França: Gallimard, 2022.

²⁶¹DEWEY, John, op. cit, p. 198.

²⁶²Ibid., p. 194.

²⁶³Ibid., p. 199.

defendido por Nadia Urbinati. A democracia depende da crença no trabalho que diariamente realizamos junto a todos os membros da sociedade, em um trabalho cooperativo.

E por essa razão pontua John Dewey que o desenvolvimento de uma cultura de igualdade de oportunidade é essencial, pois é preciso que haja oportunidades para que todos os indivíduos possam se desenvolver e desenvolver plenamente as suas capacidades.²⁶⁴

Nenhuma forma de vida permanece estática, de forma que a democracia como forma de vida também não pode permanecer. Para continuar viva deve estar atenta às mudanças e mudar conjuntamente. Caso tente permanecer como sempre, acabará por retroceder e perecer. A grande solução para esta questão em Dewey é através da educação, ela desenvolvida, desenvolve os cidadãos que vivem a democracia. É nas escolas que os jovens terão a oportunidade de aprender como as forças sociais estão em jogo, a direção para onde essas forças levam e os entrelaçamentos entre elas, assim como as consequências que elas produzem, e as que poderiam produzir em outras circunstâncias, se fossem melhor compreendidas e dirigidas com inteligência. Inteligência que será explicada melhor no próximo tópico.²⁶⁵

Dewey aponta uma preocupação com o futuro da democracia em relação à insegurança e à dependência econômica de grandes setores da população, quando remete ao pensamento de Alexander Hamilton sobre o homem que não controla a sua subsistência também não controlar a sua vontade. Para se pensar na forma como se vive, o quanto estamos realmente livres.²⁶⁶

Em relação ao tema da opinião em Dewey, é importante observar que ele parte do conhecimento a partir da associação e da comunicação, como será visto abaixo no tema da educação com mais detalhes, de forma que depende da tradição, dos instrumentos e dos métodos transmitidos, socialmente desenvolvidos e consagrados. As faculdades de observação, reflexão e desejo são hábitos adquiridos através da influência da cultura e das instituições da sociedade, e não de quaisquer poderes inerentes. Desse modo, deve ser cuidado como desenvolver a força que a

²⁶⁴ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p. 169.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 163.

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 189.

opinião pública possui, como permitir que a sua voz tenha autonomia e propague a si mesma (reconhecimento de si).²⁶⁷

Como aponta Dewey, o público não tem outras mãos além das mãos individuais, sendo o problema essencial transformar a ação de tais mãos de modo que sejam animadas pela preocupação com fins sociais. A sociedade não se resume à economia e aos fins econômicos, depende de todo um conjunto de fatores que envolvem a democracia e vai muito além dos mecanismos de poder e das instituições.²⁶⁸

4.2 A importância da experiência na inteligência humana

A democracia como uma experiência na inteligência humana seria um tipo de atitude, de disposição e capacidade permanente de diálogo, autocorreção e cooperação entre iguais, fazendo ser possível a expansão e o enriquecimento da experiência humana em sociedade.²⁶⁹ Não é objeto de John Dewey as análises do sujeito isolado, inteligência nele vai além de uma capacidade da razão individual, mas consiste em uma força social e pública. E esta inteligência social opera de forma reflexiva e em contínua reconstrução e elaboração.

O autor entende que essa inteligência humana reflexiva é que faz com que atuem, examinemos, investiguemos e deliberemos publicamente, sendo essencial para a vida democrática, na qual é essencial a vivência das práticas sistemáticas de cooperação e deliberação.²⁷⁰

A interação para se desenvolver propriamente precisa de uma informação sobre o conhecimento real de como as coisas são e estão, de forma que é necessário um cuidado na comunicação. O acesso ao conhecimento real é fundamental para a comunicação e a participação do homem, pois caso contrário, ficará sujeito à opinião de outras pessoas.²⁷¹

O ser humano age a partir de necessidades e desejos, e como estão em permanente mudança e expansão abre o caminho para um futuro ainda a ser

²⁶⁷ COMMETTI, Jean-Pierre. *La démocratie radicale. Lire John Dewey*. Inedit essais folio, p. 220 e 221.

²⁶⁸ Ibid., p. 222.

²⁶⁹ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p. 17.

²⁷⁰ Ibid., p. 18.

²⁷¹ Ibid., p. 202.

explorado e alcançado. Para Dewey, a democracia é o único modo de vida que acredita de forma incondicional no processo da experiência como um fim e como um meio, a partir dos quais se pode desenvolver a ciência, a qual atesta a experiência anterior e libera as emoções, necessidades e desejos até levar à existência o que antes não havia.²⁷²

Onde não há democracia há uma limitação nos contatos, nas trocas de informação, nas comunicações e nas interações por meio das quais a experiência se estabiliza no tempo, ampliando e enriquecendo. De modo que mesmo na democracia, a tarefa de libertação e expansão do conhecimento é algo a ser enfrentado diariamente, inclusive porque a experiência não tem uma finitude. A democracia é a criação de uma experiência mais livre e mais humana em que todos participam e todos contribuem.²⁷³

O autor alerta sobre o modo como as relações humanas estão sendo afetadas pela ordem econômica, considerando que um assunto central na democracia é o respeito pela liberdade e pela inteligência, exercidas e manifestadas publicamente. Em momentos de crise, os direitos de se reunir, expressar, manifestar, informar (imprensa livre) apesar de previstos na ordem jurídica precisam ser mais ativamente exercidos, como saída para tardar mais o recurso às armas.²⁷⁴

O enfretamento das ideias que atacam a democracia é mais efetivo quando combatido na operação pública da livre inteligência. Dewey cita Abraham Lincoln e seu discurso de que a democracia é o governo para e pelo povo, enfatiza que não é possível um governo desse modo senão quando a inteligência é livre, pública e ativamente respaldada. A comunicação pública com foco na democracia é essencial, através do discurso (liberdade de pensamento e expressão), da imprensa livre, das reuniões e investigações. O comprometimento em qualquer desses aspectos já pode ser fatal à democracia.²⁷⁵

Nesse ponto de inteligência humana é necessário também abordar a visão de John Dewey sobre a democracia e a educação. Para o autor são elementos mútuos com uma relação intrínseca vital e orgânica, que se determinam mutuamente. A democracia é um princípio educativo, um critério educativo e uma política.²⁷⁶

²⁷² DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p. 202.

²⁷³ *Ibid.*, p. 202.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 204 a 206.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 206 e 207.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 180, 181 e 192.

Não é novidade pensar que a educação dos cidadãos é importantíssima para a participação política. A democracia é associada com a liberdade e responsabilidade de ação, mas para isso é preciso uma capacidade de pensar de forma livre. A liberdade interna do indivíduo em si mesmo só se descobre com o pensar. Se emancipar da servidão herdada para uma condição de pleno cidadão de direito. O processo eleitoral ganha destaque nessa análise, pois traz periodicamente as pautas para um debate necessário, com data marcada para uma escolha. Isso faz com que os eleitores se eduquem mais no sentido de se tornarem mais conscientes sobre a realidade social, quais os problemas e quais as soluções propostas em aberto.²⁷⁷

Esse é um exercício que também cansa, Dewey entende que a liberdade tem seu peso. A liberdade política gera responsabilidades, obrigações e peso. Todavia, considerando que ninguém é melhor do que a própria pessoa para dizer seus anseios, interesses, desejos e necessidades, os assuntos sociais e as soluções de problemas devem ser enfrentadas pública e coletivamente. É o melhor jeito e é o ideal democrático.²⁷⁸

Essa prática de consulta coletiva de consulta mútua e discussão é educativa, geram um maior senso de responsabilidade sobre as conclusões individuais a que se chega como membro de uma democracia, e deixa mais claras também sua ordem de interesse, desejos, necessidades, problemas e suas soluções. A forma de participação aqui é ativa, pois somente assim para ser parte do processo de formação da autoridade e do processo de controle social, de ter a oportunidade de ter seus interesses efetivamente ouvidos e debatidos na formação da política social.²⁷⁹

Para Dewey as urnas e a regra da maioria são símbolos e expressões externas e mecânicas desse processo político, e os melhores mecanismos até o momento encontrados, quando fundados na oportunidade, direito e dever de o indivíduo formar sua convicção e expressá-la sobre a ordem social; bem como na igualdade entre os indivíduos, de modo que as finalidades sociais sejam uma expressão cooperativa das ideias de muitas pessoas. Essa seria uma essência de educação sólida.²⁸⁰

²⁷⁷ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p. 91, 92 e 181.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 181 e 182.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 182 e 183.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 183.

Nas salas de aula o tipo de aprendizagem que desenvolve a inteligência e o caráter vai além do livro-texto e do professor, pois cada indivíduo será educado unicamente quando tiver a oportunidade de contribuir para o seu próprio aprendizado, partindo de sua experiência no aprender. Caso contrário, também aqui não haveria democracia e sim autocracia, pois a autoridade sobre o conhecimento não parte singularmente de uma pessoa. É preciso um processo de discussão e decisão permeando o aprendizado escolar, uma democracia mais profunda e rigorosa.²⁸¹ Para Dewey “*a ilustração provém do dar e apreender experiências dos outros, do intercâmbio mútuo de experiências e ideias*”²⁸².

Sem o processo de educação o indivíduo não consegue assumir a completa posse de si mesmo, e nem fazer uma contribuição ao bem-estar social dos outros. A democracia não dura e não se desenvolve sem a educação no sentido mais específico, da educação familiar e da escolar. Principalmente a escola é a agência de distribuição de todos os valores e propósitos que aquele grupo social aprecia. Não é o único meio, mas é o primeiro meio desse contato, e o principal e mais específico, por onde esses valores sociais são transmitidos e assumidos pelo pensamento, observação e juízo.²⁸³

Os produtos da experiência humana passada, da cultura humana herdada, ainda que existam, só possuem verdadeiramente significados, quando são apropriados e distribuídos naquela sociedade. E nesse ponto, a escola contribui muito com a democracia, contribuindo com compreensão e conhecimento, dando poder de ação para a inteligência intrínseca e ao caráter dos indivíduos membros daquela sociedade. É importante que não seja a usurpação das escolas para um ponto de vista único e propaganda que aleije diferenças. A educação é para que os jovens sejam educados na liberdade de participação em uma sociedade livre. Forma de preparação dos indivíduos livres para uma participação inteligente.²⁸⁴

A preocupação com as escolas e a educação para Dewey vai além de construir, equipar, contratar professores e oferecer os cursos. Para a democracia, que não pode ser considerada como segura e perene de forma automática, não é o caso de um trabalho terminado. As crises são valiosas se houver aprendizado a partir

²⁸¹ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey.*, p. 94.

²⁸² Ibid., p. 184, tradução livre.

²⁸³ Ibid., p.184.

²⁸⁴ Ibid., p.184 e 185.

dela. Cada geração precisa alcançar a democracia por si mesma, conforme os problemas, condições e necessidades sociais da época vivida. Para o autor as respostas dos problemas atuais não estão no passado, este não teria como fornecer um modelo de respostas para demandas que desconhecia. A cultura e a memória têm importância social, mas é justamente em razão das condições da vida sempre mudarem, que a democracia precisa constantemente de renovação.²⁸⁵

E nesse sentido as escolas e todo o sistema educativo não apenas comunica às novas gerações as ideias, esperanças e intenções da sociedade, mas ensina o que significa ter uma sociedade democrática nas condições atualmente existentes, o que seria o sentimento de pertencimento, o espírito público e um bom exercício da cidadania, bem como o que isso significa em todas as relações da vida.²⁸⁶

Importante ressaltar também o apontado pelo autor para que haja uma educação pública livre e de qualidade para a existência e preservação do modo de vida democrático. Já que a capacidade de se autogovernar é uma capacidade e não um dom inato, a qual precisa se tornar uma realidade de uma organização social preventiva, mais do que curativa.²⁸⁷

Retomando a mutualidade existente entre educação e democracia, a educação também não deve permanecer estática, deve estar atenta às mudanças necessárias para continuar mantendo o seu papel de dar à democracia a direção inteligente das forças sociais para manter sua continuidade ou existência, ou mesmo para procurar cumprir esse papel em sua estreita relação com a vida e a comunidade. Isso justamente porque as escolas proporcionam uma compreensão do movimento e da direção da sociedade e dos recursos existentes que podem ser empenhados para solucionar demandas ou necessidades, sendo fundamental para a democracia.²⁸⁸

Dewey utiliza mais a expressão compreensão do que conhecimento para não confundir conhecimento com informação. Para o autor, a informação é o conhecimento sobre as coisas, e o acúmulo dessas informações não significa que haja compreensão, que haja uma ação inteligente sobre o aprendido. Conhecimento de informação é estático. A compreensão certamente depende desse conhecimento de informação, sendo muito importante, mas vai além.²⁸⁹

²⁸⁵ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p.187 e 188.

²⁸⁶ *Ibid.*, p.188 e 191.

²⁸⁷ *Ibid.*, p.161 e 162.

²⁸⁸ *Ibid.*, p.164.

²⁸⁹ *Ibid.*, p.164 e 165.

A vida é uma junção de atividades em andamento, sempre produzindo consequências, por isso que o estudo da informação e saber refletir sobre o conhecimento conecta a escola com a vida, gera compreensão da realidade social e dos recursos disponíveis. Está intrínseca na forma de vida democrática. Dewey pontua que a melhora na democracia não prescinde necessariamente da ampliação das ciências sociais nos programas escolares, como economia, história, política e sociologia, dentre outras, que fornecem mais informações sobre a sociedade e na relação entre elas para melhor compreensão do todo, para não sobrecarregar. Elas são fundamentais nos currículos escolares, mas já estando lá (realidade estadunidense do período em que o autor elabora tais considerações, 1937) não estaria na sua ampliação a solução para crises na democracia.²⁹⁰

As ciências naturais estariam mais próximas da vida moderna, com uma realidade mais estreita com as relações humanas, pois a ciência através de seus inventos e tecnologias, é a maior força com que a sociedade conta para produzir as mudanças sociais e modelar as relações humanas. Elas revolucionaram a forma de vida humana no último século, e seguem em movimento. O que precisa ser desenvolvido, na opinião de John Dewey é a relação das ciências naturais com as ciências humanas, compreender as consequências sociais que trazem.²⁹¹

Para o autor o modo como se formam e são manejados os partidos políticos, o funcionamento da máquina pública e como operam com a cúpula política com o poder que possuem está mais em voga. A cidadania política em uma educação cívica importa que as instituições e a estrutura do governo e direitos sejam ensinadas, mas também como o governo se relaciona com os poderes econômicos, como se alia e compromete na governabilidade, como funciona efetivamente na realidade, para assim procurar soluções de como funcionar melhor.²⁹²

A realidade opera de forma diferente do ideal, e não é diferente na democracia. Mesmo assim, a inteligência organizada está em funcionamento na sociedade atual, ainda que em condições políticas e econômicas que não são necessariamente favoráveis à manutenção da democracia. Se as ciências naturais e

²⁹⁰ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p.165 e 166.

²⁹¹ *Ibid.*, p.168.

²⁹² *Ibid.*, p.167 e 168.

sociais estivessem unidas na compreensão de como está se movimentando a sociedade e como poderia estar, as perspectivas da democracia melhorariam.²⁹³

É preciso ensinar conhecimento, mas também desenvolver as capacidades e habilidades de compreensão tanto para a educação como para a democracia. O mundo competitivo exige cada vez mais um acúmulo maior de informações para os sujeitos na escola para fins de mercado de trabalho e dá às escolas uma certa unidade de propósito. Mas não devemos descuidar e focar na formação só profissional, mas vincular com a formação cidadã daquela comunidade.²⁹⁴

O perigo da não vinculação à compreensão dos impactos sociais dos avanços tecnológicos é a indiferença. É o desenvolvimento inconsequente do seu modelo, que impacta na sociedade, mas não projeta sua própria ação. É uma forte crítica ao sistema educativo. E somada aos agentes públicos que carecem da compreensão e perspectiva das forças científicas e tecnológicas que efetivamente modelam a sociedade, constrói um cenário não muito favorável para compreensão e cooperação.²⁹⁵

A educação precisa estar apta a formar atitudes para expressar uma ação social inteligente, o que não se confunde com doutrinação, conforme já explicado sobre o desenvolvimento de capacidade e habilidades. Logo, instrumentos para o indivíduo e não o conteúdo em si.²⁹⁶ A democracia demanda a liberação da inteligência para uma ação efetiva e independente, uma emancipação da mente para que possa agir a trabalho do próprio indivíduo. Viver democraticamente significa justamente o indivíduo dever participar da determinação das condições e dos fins que lhe regem, em última análise, a realização do princípio da individualidade moral autogerida²⁹⁷. A educação é o mais pessoal e íntimo de todos os assuntos humanos, para o autor, a confiança fundamental e fonte última do poder, é na formação, no caráter e no indivíduo que deve haver foco de interesse e desenvolvimento.²⁹⁸

É necessário ter condições para que o indivíduo tenha uma participação ativa na construção pessoal de seus próprios problemas e para participar da busca dos

²⁹³ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p.169.

²⁹⁴ *Ibid.*, p.170.

²⁹⁵ *Ibid.*, p.171.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 172.

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 98.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 91, 95 e 97.

métodos disponíveis para solucioná-los, inclusive com a experiência de erros. Somente desse modo a mente e o indivíduo estarão livres.²⁹⁹

4.3 Democracia cooperativa e radical

Ao observarmos a perspectiva histórica do surgimento dos governos democráticos, observaremos que são acompanhadas de uma transferência de poder, do campo para a indústria e comércio, e sempre acompanhada de lutas e resistências. A capacidade de impor as condições sob as quais as massas têm acesso aos meios de produção e aos bens de consumo tem sido a falha fundamental no exercício da liberdade e o principal obstáculo no desenvolvimento da individualidade ao longo de todos os séculos.³⁰⁰

Para John Dewey, as formas como muitas conquistas se deram não é possível de ser glorificada, sob pena de hipocrisia intelectual e moral. A distorção e o embrutecimento da personalidade humana que as práticas competitivas atuais exigem, nega a pretensão de que o sistema social seja um sistema de liberdade e individualidade para todos.³⁰¹

A crítica que o autor faz ao liberalismo e o perigo que representa para a democracia não é do ponto de vista teórico, mas uma questão “*intensamente prática*”, nas palavras de Dewey³⁰². Isso porque na sua concepção de democracia, o autor defende que não é possível defini-la somente considerando os seus fins, como os direitos e garantias sobre o indivíduo, mas é fundamental que se dê ênfase aos meios através dos quais esses fins são alcançados. É nesse sentido que a democracia de John Dewey é radical.

Os meios considerados legítimos em uma democracia são aqueles que se baseiam nas atividades voluntárias dos indivíduos, e não na coerção, aqueles que buscam gerar aceitação e consentimento ao invés de violência, aqueles que se baseia na força da organização inteligente e não em uma organização imposta à força.³⁰³

Nas palavras do autor “*o princípio fundamental da democracia é que os fins da liberdade e da individualidade para todos podem ser alcançados unicamente*

²⁹⁹ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p. 101.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 175 e 176.

³⁰¹ *Ibid.*, p.176.

³⁰² *Ibid.*, p.177.

³⁰³ *Ibid.*, p.177 e 178.

através de meios que estão em conformidade com os ditos fins”.³⁰⁴ A liberdade de crença, de discussão, de informação, de reunião, de educação e todas as demais estão sobre a base do método da inteligência pública supramencionada, a qual se opõe a qualquer forma coercitiva e exige que possa ser exercida em liberdade para todos (por meios liberais e democráticos). Não há democracia na ditadura seja da classe que for.

O autor define que o fim da democracia é um fim radical, e desse modo isso significaria que é um fim que ainda não foi realizado adequadamente em nenhum país e em nenhuma época. É radical também porque exige uma grande troca entre as instituições sociais, econômicas, legais e culturais existentes. Um liberalismo democrático que não reconheça tais premissas, tanto em pensamento como em ação, não é consciente do próprio significado e das exigências que este o impõe.³⁰⁵

É através dos meios democráticos radicalmente considerados que serão possíveis serem efetuadas mudanças estruturais. A superioridade de força é o método no qual o mundo tem dependido no passado e no presente como um hábito a perpetuar-se. Mas os meios democráticos e a obtenção de fins democráticos são unidos e inseparáveis. A renovação da fé na democracia é otimista, fervorosa e militante, de forma que é uma causa a ser devotadamente seguida para observar a cooperação humana e o poder de ação voluntária baseado em uma inteligência pública coletiva.³⁰⁶

A democracia precisa de constante ação para o desenvolvimento da estrutura política de uma sociedade baseada no autogoverno. O modo de vida e as instituições dependem de um esforço coletivo (cooperativo) consciente e decidido para se manter e atualizar. Esforço esse que depende da criatividade humana, da sua capacidade inventiva. A democracia não é algo automático e que se autopropaga, não é uma máquina já com toda a sua programação completa, e que o mecanismo político funcionará bem e sempre, bastando os cidadãos serem razoavelmente fiéis ao cumprimento de seus deveres políticos. O movimento político e social, esse sim é perpétuo.³⁰⁷

³⁰⁴ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p.178.

³⁰⁵ Ibid., p.178 e 180.

³⁰⁶ Ibid., p. 180.

³⁰⁷ Ibid., p. 196 e 197.

A democracia, como visto, é uma forma de vida, uma forma de viver que implica em um hábito do indivíduo e no seu caráter frente às interações da vida. O próprio autor afirma que essa descrição em si não é novidade, mas ela confere um sentido prático novo a velhas ideias. Para Dewey os enfrentamentos de crises democráticas só terão êxito através da criação de atitudes pessoais dos seres humanos individualmente, para superar a nossa tendência em pensar que devemos encontrar nossas defesas em meios de natureza externa, sejam militares ou civis, se esses meios estão separados das atitudes individuais profundamente assentadas na constituição do indivíduo.³⁰⁸

A democracia é movida pela fé na natureza humana, no homem comum. Fé nas potencialidades da natureza humana presentes em cada indivíduo, independentemente da fé, raça, cor, sexo, nascimento, família, ou riqueza material ou cultural. Essa fé pode (e deve) estar prevista em estatutos, mas precisam também ter força nas atitudes dos cidadãos, nas suas interações e em todas as experiências de vida. É fundamental para Dewey a necessidade de proporcionar as condições que tornem possível essas capacidades sejam alcançadas e desenvolvidas. Capacidade que todos e cada um possuem de conduzir sua própria vida, livres de coerção e imposição. A crença em todo ser humano na realização da igualdade humana.³⁰⁹

A democracia é cooperativa na deliberação e no conflito. Mesmo em momentos de rivalidade e competição, a colaboração e troca entre os indivíduos é inestimável para a vida. Com meios livres de pressão, medos, força e violência, a discussão e a formação da opinião pública inteligente para tratar aquele com quem estamos em desacordo como pessoas das quais podemos aprender e enriquecemos a nossa existência. Manejar as disputas em paz. A democracia não é algo apenas institucional e externo, é também algo moral a ser absorvido por seus membros, para ter lugar na vida comum diária.³¹⁰

Nas palavras de Dewey, “*a democracia é a crença na capacidade da experiência humana para gerar os fins e os métodos por meio dos quais irá promover uma experiência que haverá de crescer em seu próprio enriquecimento*”.

³⁰⁸ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p. 197 .

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 198.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 200 e 201.

A democracia deposita a fé no processo da experiência, que é mais importante do que qualquer resultado particular obtido. Os resultados particulares somente alcançam o valor maior, quando são utilizados para enriquecer e ordenar todo o processo em curso.³¹¹ Nas deliberações democráticas para um pessimista em última análise, cada um cede um pouco para conseguir um pouco, com o objetivo de poder conviver sem muitos danos, Dewey acredita que pode ser muito mais.³¹²

Por esse entrelaçamento entre democracia e a experiência, Dewey o conecta com a educação, que é outro processo de experiência. Experiência como a livre interação dos seres humanos individuais com as condições ao seu entorno (especialmente as relações sociais, humanas), a interação que desenvolve e satisfaz a necessidade e desejo por um meio de aumentar o conhecimento das coisas como elas são.³¹³

Desse modo, a democracia sendo uma forma de vida não permanece estática, e isso significa que é algo a ser continuamente explorado e novamente examinado, sempre a descobrir e redescobrir, redesenhar e reorganizar. E desse modo devem seguir as instituições políticas, econômicas e sociais para absorver essas mudanças e continuar a lidar com as próximas necessidades dos seres humanos e dos novos recursos que existirem para satisfazê-las.³¹⁴

De tal forma, a democracia está em movimento e não tem um conceito fechado, não há um conceito único que inclua todas as suas feições e extensão completa das relações concretas da vida humana (política, econômica, cultural), já que é um jeito do viver.³¹⁵ Mas refletir sobre o que significa, as suas implicações na vida e como melhorar o modo de vida democrático são justamente questões cooperativas que contribuirão para novos caminhos e o maior desenvolvimento e consolidação da democracia como forma de vida por toda a sociedade.

³¹¹ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p. 201.

³¹² COMMETTI, Jean-Pierre. *La démocratie radicale. Lire John Dewey*. Inédit essais folio, p. 219.

³¹³ DEWEY, John, op. cit. , p. 202.

³¹⁴ Ibid., p. 23.

³¹⁵ Ibid., p. 172.

5. Conclusão

A presente pesquisa objetivou mostrar caminhos trazidos pelos autores da referência teórica que enriquecem e se preocupam com o tema da pluralidade quando pensamos em uma democracia representativa. De tal forma, a partir do conceituado por Nadia Urbinati sobre democracia representativa, o desenvolvido por ela em sua Teoria da Opinião, partimos para enriquecer o assunto com o abordado na pluralidade da linguagem de Ernst Cassirer, na multiplicidade de mundos da filosofia de Nelson Goodman, e de ver esse cenário como uma forma de vida em experiência com John Dewey.

A democracia representativa nesse âmbito consiste em um processo político que parte da soberania popular. Desse modo, pressupõe o sufrágio universal, partindo do princípio da igualdade, o processo eleitoral normatizado para a escolha dos representantes, mas vai além. Reconhece que a igualdade é uma necessidade de *status* jurídico social, mas não uma realidade social, a qual é rica em sua pluralidade, e conseqüentemente diversidade.

A representação seria uma saída para que essa pluralidade seja representada, e ao mesmo tempo tenha uma autonomia para compor consensos nas deliberações das representações. Tal característica é importante nas democracias, já que ao mesmo tempo que permite um espaço de acomodação entre o representante e representado que gera governabilidade, não deixa o representante desconectado do representado, o qual terá responsabilidades a serem checadas no próximo ciclo eleitoral, bem como durante todo o mandato através das pressões que o eleitorado sinaliza com sua opinião pública.

Visto que a soberania popular, fonte do poder e legitimadora, opera nas eleições ao escolher seus representantes, mas também durante todo o tempo com a opinião, Nadia Urbinati, no âmbito da democracia representativa, desenvolve sua teoria da opinião. Em um processo político contínuo, a democracia com toda a sua pluralidade se desenvolve na arena pública, nos debates de ideias que formarão opiniões, respeitando a igualdade de todos interferirem efetivamente no debate.

A democracia assim, opera também de forma contínua, sendo um processo permanente de deliberações, que tendo em vista o movimento natural da vida de mudança e a diversidade, busca consensos, mas estes são perenemente revistos, e o fórum público de ideias é contínuo, os debates, discussões e deliberações são

permanentes. E isso unifica e conecta a pluralidade da sociedade no presente, mas com perspectiva de futuro, o que gera estabilidade no processo.

Quando pensamos nas deliberações do fórum público de opiniões de Nadia Urbinati, nos enriquece refletir em que base essa comunicação opera. Ernst Cassirer estuda o tema da simbologia e da linguagem, tendo em vista que a linguagem opera de forma essencial, já que é o meio que utilizamos para o pensamento achar a si mesmo, e assim poder conferir uma determinada forma. Ao pensarmos, libertamos conteúdos e podemos comunicar o que antes vivia em isolamento na mente humana. Um poder criativo da compreensão, da atividade simbolizante do homem.

É interessante que sem a linguagem não haveria uma comunidade humana, mas ela mesma reproduz a diversidade que separa e gera conflito. Gera conflitos, porém é por ela que podem vir também as soluções, sendo a linguagem não só reprodutora, mas produtora e construtiva.

A partir dessa simbologia de Cassirer, Nelson Goodman desenvolve a multiplicidade de mundos, retratando as formas de criação de mundos, e como estes mundos são todos reais, constituídos de versões, representações e descrições. Criações estas que partem de significados pré-existentes, sendo o criar mundos novos a partir de mundos existentes ao alcance do indivíduo e da sociedade, ou seja, um criar que é um eterno recriar. Nessa interação do mundo o conflito é inevitável, e para o autor, o conflito de mundos é necessário para a própria existência de mundos, o que dialogou com a pluralidade social em deliberação democrática na presente pesquisa, a qual pressupõe o conflito na democracia, a pacificação não é acabar com pluralidades, mas estruturar o processo para o respeito à existência digna dessa multiplicidade de mundos.

Goodman traz também o conceito de quadro de referência para o entendimento do que pode ser considerado verdadeiro, considerando que a existência de múltiplos mundos parte da existência de vários sistemas de descrição. De forma que as diferenças dos mundos não estaria na consequência do descrito, mas nos modos como são descritos. Como descrevemos algo condiciona o que é descrito, e assim ficamos confinados. Os conceitos elaborados são produtos e estão inseridos em um modo, em um quadro de referência, não existindo independente dele. Essa forma de pensar reflete na estruturação de debates, para o cuidado não só na transmissão de conteúdos formados, como na escuta de como outros conteúdos foram criados.

Tendo em vista o reconhecimento, autonomia e liberdade do indivíduo como valores primordiais da democracia, John Dewey defende a democracia como verdadeira forma de vida. A forma como uma sociedade vive o seu dia-a-dia é determinante para a existência da democracia. É preciso viver o espaço público, e para isso o indivíduo precisa do direito à igualdade, para efetivamente participar e afetar a realidade social, do direito de se manifestar livremente, se reunir e associar e assim ocupar os espaços públicos. Ocupação essa que é e se dá na experiência democrática. O espírito democrático para o autor está na experiência da vida de seus cidadãos.

Dewey tem uma crença contagiante na natureza humana e de que os indivíduos em cooperação são capazes de deliberar, formar juízo e agir de forma inteligente, que a longo prazo possui um caráter corretivo de eventuais erros que tenham sido tomados. O importante é permanecer a vivência democrática, pois nesse processo, utilizando a inteligência, uma espécie de atitude do indivíduo que vai além da sua capacidade de raciocinar, para uma força pública e social. A inteligência humana como algo reflexivo e em contínua elaboração, a partir da capacidade e das condições de deliberar e se comunicar, demandando liberdade e expansão no conhecimento, com liberdade de imprensa e investigação, e educação de qualidade também democrática, por exemplo.

A educação é algo fundamental para o indivíduo se autoconhecer e desenvolver, refletindo em uma inteligência organizada, em uma cidadania política mais estruturada, com membros daquela sociedade mais capazes e habilidosos para fazer valer sua soberania e autogoverno, defender e construir seus interesses, anseios e necessidades, bem como solucionar seus problemas junto às instituições e ao governo, desenvolvendo e vivenciando a democracia.

De tal modo, a democracia é essencialmente cooperativa e precisa ser radical. Cooperativa porque a democracia demanda atuação e reflexão dos seus cidadãos na construção social. Cooperar não no sentido que não existe rivalidade, mas que os conflitos e diferenças são resolvidos na democracia, na exposição dos ideais dos indivíduos em concorrência e deliberação para alcançar um resultado, o qual pode ser revisto futuramente, de forma não violenta, e com promoção do indivíduo. Não basta a não violência, o indivíduo precisa ser efetivamente atuante e considerado. E a cooperação também está no desenvolvimento do indivíduo, que

nessa troca se desenvolve com o conhecimento da situação e experiência alheia, enriquece com a diversidade e a pluralidade.

A radicalidade da democracia em Dewey está na constatação de que não é possível buscar um fim democrático através de meios não-democráticos. Todo o processo, a experiência, a forma de vida, precisa estar coadunada com o que representa os ideias de democracia. Direitos e garantias são essenciais na democracia, mas também os seus meios. São legitimamente democráticos aqueles que se baseiam nas atividades voluntárias dos indivíduos, sem coerção ou violência, e que geram aceitação e buscam o consenso, se baseia justamente na força da inteligência pública coletiva organizada. Os meios precisam estar em conformidade com a finalidade que buscam.

Tais conceitos reforçam o teorizado por Urbinati, visto que a arena de opiniões se desenvolve no fórum público de ideias, demanda a comunicação e a linguagem para deliberar e para refletir e criar mundos em contínua operação. Deliberação feita de forma cooperativa e através de uma consciente inteligência humana que agrega os indivíduos em sociedade, respeitando e tendo foco na dignidade de cada indivíduo ali presente. Indivíduo que precisa de garantias e direitos, mas que não é só passivo, age ativamente na busca de seus interesses e necessidades, diretamente na escolha de seus melhores representantes e indiretamente nas pressões públicas com suas opiniões. Opiniões estas que se formam no viver, na discussão no espaço público, refletindo a democracia como uma forma de existência, uma forma de vida. Para a garantia e melhor desenvolvimento da democracia, já diria uma composição brasileira “*é preciso saber viver*”³¹⁶.

Quando o ser humano é o problema e a solução, investir no processo democrático é o caminho se não cultiva uma feição a regimes autoritários e centralizadores, os quais fortaleceriam mais a fonte de problemas e limitariam ainda mais a fonte de soluções. Como diz Diego A.P. Rivera³¹⁷, estudioso de John Dewey, a democracia é uma forma de governo imperfeita em sim mesma, como imperfeitos somos os seres humanos, mas é um ideal ético que torna possível a criação de uma cultura mais ampla, porque ao alcance de todos, respeitando a individualidade e a liberdade na construção de uma comunidade humana melhor.

³¹⁶ TITÃS, 1998. Música “*É preciso saber viver*”.

³¹⁷ DEWEY, John. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*, p. 21.

Problemas sociais são complexos, com muitos fatores além do político, mas refletir sobre a arena onde esse problema se instalou pode trazer considerações relevantes, conforme teorizado por Nadia Urbinati, apontando na experiência da representação como a saída para a ampliação e aperfeiçoamento democrático, assim como para o controle do exercício de sua soberania pelo povo. O campo da deliberação é o debate, e o deste a linguagem, e seria uma utopia pensar que em uma sociedade complexa e plural o objetivo do debate seria levar para um pensamento único e comum. Todavia, a democracia precisa estar atenta também para modo de agir estrutural social não invisibilizar segmentos da sociedade e os retirar do debate público.

De tal forma, essa leitura de caminhos de democracia é relevante para a visualização e o fortalecimento dos aspectos do debate público através da leitura dos importantes filósofos John Dewey, Ernst Cassirer e Nelson Goodman em relação ao teorizado por Nadia Urbinati, objetivando o exercício cada vez mais pleno da democracia que reflita o plural. Democracia esta que como o visto, não é um conceito dado, mas um processo, uma forma de vida, um caminho de deliberação a ser traçado continuamente para se manter e desenvolver, coletivamente no espaço público e na arena de opiniões.

Na democracia a sociedade deve estar atenta ao perigo de não perceber e aceitar a sua pluralidade, pois ao estabelecer a realidade de parcela da população como a realidade da comunidade, estabelece-se o padrão de uma história única. Conforme o sintetizado por Chimamanda Ngozi Adichie “*a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história*”³¹⁸. Isso é justamente o que deve ser evitado na democracia e onde o debate público tanto contribui para a percepção da pluralidade de mundos.

A não percepção da pluralidade rouba a dignidade das pessoas invisibilizadas ou silenciadas no debate e torna difícil o reconhecimento da humanidade em comum. Para a autora é preciso um “equilíbrio de histórias”³¹⁹, pois muitas histórias podem excluir, mas elas também são o meio capaz de empoderar e humanizar, restaurando a dignidade³²⁰. E na democracia representativa, o debate

³¹⁸ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*, p. 26.

³¹⁹ *Ibid.*, p. 27 e 28.

³²⁰ *Ibid.*, p. 32.

público e a opinião que utiliza a linguagem traz para reflexão todas essas histórias e mundos aperfeiçoando a experiência de um comum, a democracia realmente refletindo um modo de encarar e experimentar a vida.

6. Bibliografia

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. Tradução Julia Romeu, 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. *Dewey: filosofia e experiência democrática*. 1ª edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

AVRITZER, Leonardo. *A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil*. In *Populismo, Teoria e Casos*, (Orgs) António Costa Pinto & Fabio Gentile. Meta, 2020.

BERGER, Peter L. *Invitation to sociology*. Nova Iorque: Anchor Books, 1963.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo*. 17ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e estado na filosofia política moderna*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOVERO, Michelangelo. *Contra o governo dos piores. Uma gramática da democracia*. Tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. *Reforma do Estado para a cidadania*. São Paulo: Editora 34, 1998.

BRINKS, Daniel M.; LEVISTSKY, Steven; MURILLO, Maria Victoria. *The politics of institutional weakness in Latin America*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2020.

CASSIRER, Ernst. *Linguagem e mito*. 4ª edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2019.

_____. *Ensaio sobre o homem*. 3ª edição. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2021.

CASTELIS, Manuel. *Ruptura – A crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva: Elementos de Filosofia Constitucional Contemporânea*. 5ª edição. Andradina: Meraki, 2020.

- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- COMMETTI, Jean-Pierre. *La démocratie radicale. Lire John Dewey*. Inedit essais folio. França: Gallimard, 2022.
- DEWEY, John. *Democracia e educação*. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira, 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- _____. 1859-1952. *La democracia como forma de vida/ John Dewey*. Tradução, introdução e seleção, Diego Antonio Pineda Rivera. 1ª edição. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2017. (Anábasis Colección)
- _____. 1859-1952. *Arte como experiência / John Dewey*. Organização Jo Ann Boydston, tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Organizado por Michael Schröter, tradução Vera Ribeiro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Tradução Paulo César de Souza. 18ª reimpressão, 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- GOODMAN, Nelson. *Modos de fazer mundos*. Tradução por António Duarte, original Words, Works, Worlds in Erkenntnis, volume 9, 1975. Porto, Portugal: Edições Asa, 1995.
- _____. *Ways of worldmaking*. 2ª edição. Indiana, EUA: Hackett Publishing, 1984.
- HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional – A sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e ‘procedimental’ da constituição*. Tradução Gilmar Ferreira Mendes. Reimpressão. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.
- KEANE, John. *A vida e a morte da democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Tradução de Clara Colloto. São Paulo: Edições 70, 2010.

- LESSA, Renato. *Agonia, aposta e ceticismo: ensaios de filosofia política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Livro digital. Edipro, 2019.
- MARSHALL, T.H., Bottomore, Tom. *Cidadania e classe social*. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: ed. Unesp, 2021.
- MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia*. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. 1ª edição, 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Tradução de Adriano Pilatti. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- PRZEWORKI, Adam. *Crises na democracia*. Tradução Berilo Vargas. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Global Editora, 2022.
- RODRIGUES, Marcos Correa; PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O desencantamento da política em Weber*. Revista Em Tese, Florianópolis, v. 18, n. 01, p. 231-252, jan./jun., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina.
- ROSANVALLON, Pierre. *Counter-democracy: politics in an age of distrust*. Tradução de Arthur Goldhammer. Nova York, EUA: Cambridge University Press, 2008.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *A origem da desigualdade entre os homens*. 2ª impressão. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.
- RUNCIMAN, David; VIEIRA, Mónica Brito. *Representation*. Cambridge: Polity Press, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Estado e o Direito na transição Pós-Moderna: para um novo Senso Comum sobre o Poder e o Direito*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, v.30. Coimbra, junho/1990.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América*. Tradução Julia da Rosa Simões. Edipro, 2019.

URBINATI, Nadia. *Democracy disfigured: opinion, truth and the people*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

_____. *Representative democracy: principles and genealogy*. USA: The University of Chicago Press, 2008.

_____. *Individualismo democrático. Emerson, Dewey e la cultura política americana*, Editora Donzelli, Roma, 1997.

VENTURI, Robert. *Complexidade e contradição em arquitetura*. Tradução Álvaro Cabral. 3ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.